

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-6-2023.

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 253/23 (processo nº 0462/23), de autoria de Claudio Janta; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 305/23 (Processo nº 0525/23), de autoria de Alexandre Bobadra. Na oportunidade, por solicitação de Hamilton Sossmeier, presidindo, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Roberto dos Santos Terra, servidor deste Legislativo. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal apresentado pelo presidente, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Comunicações e, após, ao período de Pauta. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Biga Pereira, Cassiá Carpes e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Conselheiro Marcelo, Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Fernanda Barth, Jonas Reis, Cláudia Araújo, Pablo Melo, Giovanni Culau e Coletivo, Mônica Leal, Alexandre Bobadra, e Claudio Janta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 435/22 e 084, 130, 131, 266, 278, 280, 281, 278, 280, 291, 292, 294 e 300/23, e o Projeto de Resolução nº 045/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nº 238/21, este discutido por Tiago Albrecht e Biga Pereira, 519/21, este discutido por Pedro Ruas, 006/23, este discutido por Tiago Albrecht, 044/23, este discutido por Engº Comassetto e Pedro Ruas, e 188, 196, 209, 210, 217, 221, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 241, 243, 249, 256, 257, 269, 273, 274 e 287/23. Na oportunidade, Jonas Reis discutiu a Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Giovane Byl. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, após verificação de quórum, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo e Biga Pereira, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 146/23 (Proc. nº 0297/23), assim como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda referida às Comissões Permanentes. Foi

apregoadas a Emenda nº 01, de autoria de Roberto Robaina e Aldacir Oliboni, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 437/22 (Proc. nº 0898/22), bem como foi apregoado Requerimento solicitando votação em destaque para a referida Emenda. Foi apregoadas a Subemenda nº 01 à Emenda 01, assinada por José Freitas e Alvoni Medina, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 231/21 (Proc. nº 0598/21), assim como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da Subemenda referida às Comissões Permanentes. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Ver. Gilson Padeiro, Cassiá Carpes e Marcelo Sgarbossa solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 437/22 (Processo nº 0898/22), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Jonas Reis e Pablo Melo, e encaminhado à votação por Cláudia Araújo, Biga Pereira, Aldacir Oliboni, Pablo Melo, Idenir Cecchim e Claudio Janta. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 437/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 437/22. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 514/21 (Processo nº 1172/21), após ser encaminhado à votação por Gilson Padeiro, Biga Pereira, Jonas Reis, Giovane Byl, Mônica Leal, Idenir Cecchim, Engº Comassetto e José Freitas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando a formação de bloco de proposições para votação em conjunto, integrado pelas Emendas nºs 01 e 02, apostas à matéria ora em apreciação. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02, em bloco, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 514/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 514/21. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 103/23 (Processo nº 0552/23). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Resolução nº 008/23 (Processo nº 0128/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 008/23. Foi aprovado o Projeto de Resolução nº 008/23. Às dezessete horas e quarenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada anteriormente por Claudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde! Eu quero, em nome da Casa, em nome da Câmara de Vereadores, solicitar um minuto silêncio pelo falecimento do servidor Roberto dos Santos Terra, ocorrido ontem, dia 11, aqui em Porto Alegre. O Terrinha, como era conhecido, era servidor do Legislativo desde 1985, atuava no setor de Portaria da Casa, filho do ex-vereador Ênio Terra.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, lamento muito, muito mesmo, nesse momento. Quero reforçar o pedido de V. Exa., dizer que fui colega, fui vereador

junto com o Ênio Terra, pai do Terrinha. E é um momento de muita tristeza, o Terrinha era um amigo nosso, servidor da Casa, então, o PSOL, sou líder da bancada, reitera os termos de V. Exa. quanto ao minuto de silêncio. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) (Desiste.) Este vereador também abre mão de usar a palavra em Grande Expediente.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações e, na sequência, no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu me inscrevi, Presidente Hamilton, caros colegas, vereadoras e vereadores, para registrar este dia 12 de junho, que, do ponto de vista comercial, comemoramos o dia do amor, não é? O Dia dos Namorados, viva o amor! Viva o amor e o amor de todas as formas de amar. Também me inscrevi para convidá-los, convidá-las a refletir sobre o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Hoje, em nosso País, de acordo com o IBGE, o trabalho infantil é realizado por 1,7 milhão de crianças e adolescentes, sendo que, desses, 706 mil em rotinas perigosas. Uma das formas de combater o trabalho e a exploração infantil é, sem dúvida nenhuma, pela educação. O melhor lugar para uma criança estar é dentro de uma escola. Mas como os podemos falar em acesso à educação pública, de qualidade, se Porto Alegre atravessa um colapso de gestão em várias áreas. As manchetes hoje dos principais jornais informam que as escolas da rede municipal estão passando por uma vistoria a partir de hoje, e o motivo é a abertura de uma auditoria especial na SMED, para apurar os procedimentos ligados à destinação de materiais e equipamentos adquiridos pela Prefeitura. A imprensa noticia que essa auditoria visitará 25 escolas por dia. Veja bem, Cecchim, é uma força-

tarifa e tanto, 25 escolas por dia. Essa auditoria foi determinada pelo prefeito, depois das denúncias de que milhares de livros e equipamentos eletrônicos, comprados com dinheiro público, foram encontrados armazenados sem uso em instituições de ensino e no depósito da SMED. O Melo, numa entrevista à Rádio Gaúcha, na quinta-feira, Ver. Cecchim, líder do governo, eu não sei se o senhor conseguiu assistir à entrevista, mas lá o prefeito Melo defendeu as compras sem licitação, e tudo bem, mas nos chama a atenção, sobremaneira, quando o prefeito culpabiliza as escolas e principalmente os diretores, as diretoras, as professoras pelo não uso dos materiais adquiridos sem concorrência. Eu quero dizer que, nessa história, eu espero que as pessoas que estão fazendo, que elas comecem essa semana pela denúncia que nós recebemos: que as crianças não tiveram almoço! As crianças não tiveram almoço – vocês estão sabendo disso, gente? Mais uma vez essa cena se repete, e eu recebi essa denúncia especialmente da Restinga. Hoje pela manhã, a comunidade escolar foi informada de que não teria o almoço. Qual o motivo, gente? A empresa terceirizada não pagou o salário das merendeiras. Novidade? Não, né?! O tema não é novo. Há anos, a Prefeitura contrata, por meio de licitação, pelo menor preço e sem nenhuma fiscalização. Esse é o problema! Sem fiscalização das empresas terceirizadas, para serviços como a cozinha e a limpeza nas escolas; nós já denunciávamos aqui inclusive, como é o caso da empresa SLP. É recorrente. Nos documentos, nós, na sindicância aqui contra os servidores responsáveis, recomenda-se ao prefeito que crie modos mais eficazes de monitorar inclusive os projetos pedagógicos da rede municipal, num processo sobre essas irregularidades. Não vou me estender, Presidente Hamilton, mas não é possível que esta Casa feche os olhos para essa situação tão grave de empresas terceirizadas em greve e as crianças sem terem sua merenda escolar. Nós exigimos, o mais rápido possível, um procedimento da Prefeitura para sanar essa dificuldade e que as crianças recebam a sua alimentação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente; vereadoras, vereadores; aproveitando esse período de Comunicações, quero dizer que, na priorização de hoje da Ordem do Dia, eu tenho um requerimento – [Requerimento nº 103/23](#) –, moção que pede apoio ao Brasil para o futebol feminino, porque a Copa do Mundo de Futebol Feminino está vindo para o Brasil – é uma luta incessante; automaticamente, que nós tenhamos Porto Alegre como uma das sedes, Comassetto, é muito importante para a nossa cidade, para trazer mais turismo, trazer mais conhecimento. Eu me lembro daquela Copa em que a nossa cidade foi muito bem prestigiada, aquela caminhada, Bosco, que tu comandaste, lá do Centro até o Beira-Rio, foi maravilhosa. Se não me engano, a seleção da Holanda, toda laranja, com os torcedores se dirigindo ao estádio Beira-Rio. Então, acho que é um momento importante e precisamos valorizar o esporte feminino, que é o que mais cresce, é impressionante. Inclusive, há times do

interior que já estão optando pelo time feminino, não mais pelo masculino. Isso prova a realidade já pronta do futebol feminino. Cada vez mais a gente nota que as qualidades técnica, tática e física, que estão se aprimorando. A mulher tem algumas facilidades que o homem não tem. O homem tem mais força; a mulher tem mais jeito, mais trato e mais beleza no futebol. Eu acho que o público vai naturalmente ao estádio. Vocês vão ver a surpresa quando forem transmitidos os jogos, direto pela televisão, o público que vai começar a se interessar e optar pelo futebol feminino nos estádios. Então, peço o apoio a esse requerimento que vem fortalecer o nosso País, e principalmente a nossa cidade, como uma das sedes.

Para terminar, concluindo o meu raciocínio, quero fortalecer o projeto que está em 2ª sessão de Pauta hoje, dos vereadores Camozzato, Bobadra, Sangalli, Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel, sobre a questão das esculturas em frente a prédios, da arte tão valorizada em Porto Alegre. Já houve tentativas, aqui no plenário, de revogação dessa lei, coisa que eu, bem como, tenho certeza, a maioria desta Casa, não concorda. É um tipo de valorização das artes na frente dos prédios, que já se consolidou. E não é porque um gosta ou não gosta; na realidade, temos que prestigiar a cultura; a cultura tem que estar em todos os ambientes. Porto Alegre tem uma tradição, tem museus, tem prédios históricos, uma questão de arte visual na cidade. Eu aqui estava dizendo, na semana passada, que o fotógrafo, o Gaguinho, tem uma exposição muito bonita; quem quiser andar pelo Centro, no viaduto da Otávio Rocha, do lado de cá de quem vai em direção ao Centro – o lado de lá está em reforma –, tem essa exposição de fotografias maravilhosas em toda a extensão da escadaria com o prédio aquele, que ali se localiza, dando uma visibilidade e uma valorização. Ele tem, ao mesmo tempo, uma exposição na Restinga, ou seja, está levando a cultura também para as periferias – isso é muito importante. Então vamos esquecer de tirar a cultura; ao contrário, vamos aumentar a participação da cultura na cidade. Presidente, obrigado, um abraço. Boa tarde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; vereadoras, vereadores, eu, mais uma vez, lamento aqui a perda do nosso querido amigo Beto Terra. E eu digo o seguinte: quero refletir saudando a Ester Ramos, que hoje nos assiste, e os telespectadores da TVCâmara sobre o problema da educação e as suas decorrências, Ver. Oliboni, aqui na Casa. Veja só V. Exa., que não estava na reunião há pouco, porque tinha outro compromisso: nos termos da [Constituição Federal](#), Ver. Engº Comassetto, como falava agora há pouco o Ver. Robaina, a CPI é um instrumento das minorias – isso é Constituição Federal. No Brasil, é assim, CPI é instrumento de minorias, tanto que nem cabe ao Presidente ficar fazendo análise de mérito, se as formalidades do pedido da minoria forem realizadas. A CPI não é um

instrumento da maioria. Por quê? Porque a maioria tem o plenário, a maioria tem a Casa, seja a Casa Legislativa municipal, como a nossa, seja estadual, onde já estive, seja federal. É sempre um instrumento das minorias, não é um instrumento da maioria, a maioria tem aqui o plenário. Não tem sentido. Minorias qualificadas, porque tem um número mínimo para poder ser aceita. Então esse debate que ocorre, neste momento... E eu sei que a Procuradoria está debruçada sobre o tema, e eu quero agregar a minha preocupação, Ver. Conselheiro Marcelo, no sentido de que considere o fato da Constituição Federal, porque a ideia de buscar essa posição do Judiciário é uma ideia correta, é uma ideia adequada, porque não tem sentido algum, Ver.^a Abigail, não tem sentido algum ser um instrumento de minoria e de maioria ao mesmo tempo, porque maioria, como que a CPI vai ser? A maioria investiga o que quer, a minoria só investiga através de CPI, formalmente. Eu concluo já, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: nós temos posição na oposição – parece uma repetição de sentido de palavras –, um posicionamento na bancada de oposição, se me permite o líder Roberto Robaina, porque eu sou líder do PSOL, de participarmos de uma, duas, três, cinco, vinte CPIs que surgirem. Então que fique bem claro que a nossa posição é de participar, mas fica aqui a nossa objeção, o nosso questionamento de ordem constitucional: a CPI em qualquer lugar do Brasil, em qualquer Parlamento, é um instrumento das minorias, é essência da democracia, na letra fria da Constituição e da lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente, demais colegas, público nos assiste, hoje eu venho trazer também um tema muito importante. Na semana passada, Ver. Gilson Padeiro, usei esta tribuna para debater sobre um tema que tem nos causado muita indignação, falamos sobre abuso sexual. Hoje, dia 12 de junho, é o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, um tema com o qual também me sinto muito confortável em falar. Por quê? Porque trabalhei por quase 20 anos nessa garantia de direitos, principalmente nesse trabalho voltado às crianças vítimas do trabalho infantil. É muito fácil julgar aquelas crianças, aqueles adolescentes que estão na sinaleira, mas por trás de cada história, de cada uma delas existe essa chamada violência. Muitas crianças e adolescentes não estão ali porque querem, muitas crianças e adolescentes não estão ali porque desejam estar ali. Não. Aí entra a questão do trabalho infantil; possivelmente, todas as crianças que estão ali estão sendo aliciadas de alguma forma; aliciadas, muitas vezes pelo pai, por uma pessoa que está ali fazendo com que ela esteja na sinaleira. Eu nunca me esqueço, quando eu era conselheiro tutelar, na época estava sendo investigado um senhor que alugava bebês, porque um bebê, uma criança na sinaleira tem um rendimento muito alto. Então vocês imaginem! E, infelizmente, Ver. Tiago, no nosso Brasil, criança e adolescente virou um grande balcão de negócios. Essa é a realidade. É um tema para o qual eu peço a atenção desta Casa, e estou usando este

tempo de liderança para falar da importância que nós temos em debater com mais seriedade sobre esse tema do trabalho infantil. Peço aos vereadores que fortaleçam o debate sobre nossas crianças e adolescentes com relação à questão da proteção integral. É nesse sentido que eu venho colocar esse meu trabalho de anos e da forma que nós enfrentávamos – Ver. Giovani Culau, que também é um vereador de periferia, e os demais vereadores que conhecem essa realidade –, porque fácil mesmo é amar o limpinho, amar o bonito; difícil mesmo é amar o ingrato, o sujo ou até mesmo aquela criança que está nessa situação. Alguns de vocês já pararam em alguma sinaleira e perguntaram por que aquela criança está ali? O que a levou a estar ali? Volto a dizer: cada criança que está na sinaleira tem uma história e, muitas vezes, de violência que ela está sofrendo em sua casa, sofrendo no seu ambiente familiar e, muitas vezes, ela acaba tendo que ir para a sinaleira, ir para a rua, e aí começa a exploração – que se diz: exploração. Então é nesse sentido que nós temos que levar com seriedade esse tema. Muito obrigado a todos e um bom dia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara; pela liderança da oposição, nós não poderíamos deixar de tratar desse grave assunto que encerrou a semana passada e que nós não queremos que seja abafado. Infelizmente ocorre muito isso em política, escândalos são abafados, não são apurados. Em função disso, um novo escândalo é o que acaba ocultando definitivamente o escândalo em voga. Nós não queremos que ocorra isso, nós não queremos que um processo grave que envolve um desperdício gigantesco de recursos públicos seja abafado. Eu não tenho a menor dúvida de que nós temos hoje uma imprensa, especificamente eu estou falando do jornalista Carlos Rollsing e da jornalista Adriana Irion, que fizeram um trabalho excepcional de investigação e, com esse trabalho, demonstraram um desperdício de cerca de R\$ 100 milhões na compra de livros, computadores, *notebooks*, aparelhos de ar-condicionado totalmente sem utilização, mal guardados numa casa na Rua Olavo Bilac, de responsabilidade da Secretaria de Educação, do governo municipal, não de diretores de escola! Uma casa de responsabilidade do governo, mal-acondicionados, uma casa com goteiras, umidade, em caixas tomadas por fezes de pombos: oitocentos e cinquenta *notebooks*; cada um custando aproximadamente R\$ 2 mil. Não estavam nas salas de aula, a tecnologia não estava servindo para melhorar a qualidade do ensino – é para isso que deve servir. O governo não só não planejou, isso é evidente que não planejou, fez uma compra que precisa explicar. Nós temos inclusive informações dadas desta tribuna, Ver. Padeiro, da Presidente da Comissão de Economia e Finanças, de que até uma cartomante recebeu R\$ 2 milhões do governo municipal por vender material escolar. Uma cartomante, dona de uma empresa, evidentemente que essa cartomante, que mora num lugar humilde, não recebeu esses R\$ 2 milhões. Então alguém recebeu, alguém ganhou, alguém ganhou dinheiro! Nós necessitamos, sim, de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar quem ganhou dinheiro. Nós não precisamos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar que houve falta de planejamento, pois falta de planejamento é evidente que existiu. O próprio prefeito, depois de dois dias calado, teve que admitir. Tentou atribuir às diretoras de escola o fato de que, supostamente, os milhares de livros, os aparelhos de ar-condicionado, tudo isso não estava distribuído para os alunos, o que é uma calúnia tremenda, o que é um cinismo monumental, porque não explica essa casa na Rua Olavo Bilac, que é casa onde estavam milhares de livros, de *notebooks*. Não eram de responsabilidade das diretoras de escola; eram de responsabilidade do governo! Então, é preciso ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue isso, que investigue quem ganhou, que investigue se não teve planificação, planejamento para desviar recursos públicos, porque a falta de planejamento é evidente no que diz respeito à questão pedagógica. O governo, a Secretaria de Educação não planejaram nada, por isso os diretores recebiam caixas de materiais que poderiam ser úteis e não sabiam o que fazer com elas, porque a Secretaria não planejou nada. Nós queremos saber se alguém planejou e se teve envolvimento do governo, porque as compras foram do governo, se houve planejamento acerca do desvio dos recursos, para isso serve uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi muito estranho, péssimo, não estranho, que o líder do governo tenha se apressado a coletar assinaturas, para fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando nós sabemos que CPI é um instrumento da minoria. Não é à toa... Eu peço meu tempo de comunicação, Presidente, a que eu tenho direito, cinco minutos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicações.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton. É uma coisa inacreditável: o líder do governo organizou um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito! Foi tão feito de última hora, tão feito pelo temor de que nós conseguíssemos as doze assinaturas para termos uma Comissão Parlamentar de Inquérito real, efetiva, que o requerimento ainda diz “requerimento do governo”. Pois a Comissão Parlamentar de Inquérito é um direito de minoria. Por que fez isso? O governo fez isso porque o governo não quer investigar. A Câmara de Vereadores, o líder do governo na Câmara dos Vereadores não quer investigar, mas isso é algo tão óbvio que eu tive, inclusive, um debate com o Ver. Cecchim num programa da RBS e o próprio apresentador disse: “Mas é a primeira vez, na vida, que eu vejo o líder do governo protocolar pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito” – o jornalista disse isso, não fui eu que falei. É de sentido comum que não é esse o papel do governo, exceto quando o governo quer obstruir, porque o governo não vai poder obstruir a investigação do Carlos Rollsing e da Adriana Irion, o Ver. Pedro Ruas lembrava isso. Isso o governo não vai poder obstruir, porque já começou a investigação, e a Adriana Irion e o Carlos Rollsing quando começam a investigação, eles não param essa investigação por pedido de governo nenhum, eles fazem o trabalho deles, como corresponde ao bom jornalismo. O governo

também não vai poder fazer o Tribunal de Contas parar. O governo quer a sua absolvição aqui, na Câmara de Vereadores, porque tem maioria. Esta Câmara de Vereadores já chegou a votar moção de repúdio contra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Alexandre de Moraes, então o governo pensou que, se esta Câmara de Vereadores é capaz de votar algo tão ruim, como uma moção de repúdio ao Tribunal Superior Eleitoral por ter fiscalizado corretamente as eleições, esta Câmara pode tudo, mas eu confesso que não acho que seja assim. Eu acho que na Câmara não pode tudo, pelo menos, eu espero que não possa tudo, e nós estamos trabalhando para que não possa tudo, razão pela qual se conseguiu as doze assinaturas para nós termos uma Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por quem foi a protagonista inicial do pedido, pela Ver.^a Mari Pimentel, que preside a Comissão de Economia e Finanças. A composição da Comissão de Economia e Finanças: Ver.^a Mari Pimentel, Ver.^a Biga Pereira, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Airto Ferronato e eu, são cinco vereadores. E essa comissão não vai ser parada por governo nenhum. Essa comissão vai trabalhar, vai investigar e vai cobrar que nós tenhamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que seja de verdade, uma comissão para investigar. Se essa manobra do governo não for derrubada na justiça, se tivermos duas Comissões Parlamentares de Inquérito, nós vamos trabalhar nas duas. E o governo vai ter que encontrar vereadores que vão sustentar a sua tentativa de obstruir a investigação, porque nós estaremos nas duas Comissões Parlamentares de Inquérito cobrando a investigação, demandando para que a secretária venha, para que a cartomante venha, para que os laranjas que possam estar nessa história muito mal contada, muito mal explicada, possam vir à Câmara depor porque é básico, porque é obrigação da Câmara. E eu confesso que nós devemos cumprir, de uma vez por todas, essa obrigação, porque, infelizmente, a Câmara não tem cumprido e deve cumprir. E nós vamos cobrar que cumpra tanto na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, quanto na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O prefeito Melo, que tanto diz que é um bom zelador que acabou... Quem anda pela cidade sabe a quantidade de lixo acumulado e os problemas que nós tivemos na área do lixo com essas terceirizações escandalosas na área do lixo, temos terceirizações escandalosas na área da saúde. E aqui nós temos terceirizações... Esses projetos de grande investimento em obras de tecnologia que, na verdade, a gente está vendo que não há nenhuma preocupação com tecnologia porque, se o governo tivesse preocupação com tecnologia, se o governo tivesse preocupação em melhorar a qualidade do nosso ensino em Porto Alegre, o governo não iria desperdiçar R\$ 100 milhões; não é pouco dinheiro, R\$ 100 milhões não é pouco dinheiro. E nós não vamos aceitar que tentem responsabilizar diretores de escolas; nós vamos chamar, sim, a categoria dos municipais para defender as escolas que este governo está tentando atacar mais uma vez. Não vai ficar por menos, porque nós estamos dispostos a resistir, porque há jornalismo investigativo, porque o tribunal está cuidando do assunto e porque, na Câmara, nós vamos instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito de verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores. Robaina, podes ficar tranquilo, eu não vim aqui para responder à V. Exa., eu tenho um enorme respeito por cada vereador e cada vereadora sempre. O Ver. Robaina fez muito bem em declarar aqui que o apresentador do *podcast* da Rádio Gaúcha ficou surpreso que o líder do governo pediu a instalação da CPI. Olha, mas, é para ficar surpreso mesmo, para alguns; para o nosso governo não é surpresa; nós queremos que as coisas fiquem claras, esclarecidas. Sem problema nenhum, nós queremos. Por isso adensamos os itens requeridos pelo outro requerimento, para que fique claro que o governo Melo não tem problema nenhum quanto a isso. Essa força-tarefa que começou hoje de manhã, que vai visitar todas as escolas e fazer um pente-fino daquilo que está errado e daquilo que está certo; daqueles milhares de equipamentos que estão instalados e daqueles um ou dois mil que estão ali na reserva técnica. Não tem problema nenhum de fazer um relatório. O próprio prefeito determinou uma auditoria, que está sendo feita. A Ver.^a Biga disse muito bem: visitando 20 escolas por dia; uma força-tarefa responsável, e que seja rápida, porque a cidade tem pressa sim dos esclarecimentos, para ver aquilo que é; ou que se está errado, que seja corrigido.

De uma coisa nós temos certeza, não tem má-fé nas coisas, porque se má-fé houvesse ou for descoberta, não importa quem lá fez; má-fé não se admite e nem malfeitos, como dizia a antiga presidente Dilma Rousseff; malfeitos têm que ser combatidos; ela não tinha força para fazer isso no governo, porque tinha muita coisa que não deixavam ela tomar providências, mas no nosso governo tem. O prefeito tem força, legitimidade e faz. Então nós teremos muitas novidades; nós temos já muitos esclarecimentos, e nós vamos fazer isso: escola por escola; vamos ver aquilo que foi encaminhado sem aviso, aquilo que não foi distribuído, se a Secretaria não combinou com a direção da escola. Então não se culpam diretoras e professoras. Não! Não coloquem palavras na boca ou na conta deste governo. O governo mandou fazer um pente-fino, se houve culpa da Secretaria, vai ter culpa na Secretaria, vamos ver quem foi que errou; se houve negligência por parte da escola, vamos ver. Não se faz pré-julgamento nem nas escolas, nem no governo. Quem tem pressa de fazer o pré-julgamento é a oposição, e eu acho que até está no papel dela, a oposição tem todo o direito de fazer pré-julgamentos, mas normalmente, aqui em Porto Alegre, a oposição está se enganando, muitas vezes erram na dose e depois fica por isso mesmo. Nós não queremos que fique por isso mesmo, nós queremos que seja esclarecido, sem nenhum problema – que fique esclarecido sem nenhum problema.

Ver. Tiago Albrecht, V. Exa. merece todo o respeito – como eu já disse, todos os vereadores merecem –, mas eu estou entrando com um requerimento pedindo que a

sua assinatura, conforme parecer jurídico, possa ser anulada, porque assinou nas duas comissões. Não pode o mesmo vereador assinar nas duas! Provavelmente a sua assinatura seja anulada nas duas, era isso que eu queria deixar para falar a V. Exa. na sua presença e não fazer escondido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, eu não me preparei tão bem para fazer esta exposição, então peço desculpas, de maneira adiantada, caso não fique muito claro, mas eu queria fazer aqui uma observação com relação a tudo que está acontecendo. Primeiro, as denúncias foram de que havia corrupção nas contratações da Prefeitura. Esclareceu-se, aparentemente, por tudo que a gente está observando, que não existiu nenhum tipo de ilegalidade do ponto de vista da Prefeitura. Tanto é que, ao longo do processo, as denúncias de ilegalidade foram se transformando em denúncias de ineficiência, porque, ao que tudo indica, não existiu, por parte da administração da cidade de Porto Alegre, nenhum tipo de conduta ilegal – primeiro ponto para colocar, para deixar claro que ninguém aqui está fazendo nada contra o erário, de maneira a obter um enriquecimento ilícito. Esse é o primeiro ponto que eu acho que deveria ficar claro.

A segunda pergunta que eu queria fazer aqui para vocês é: o gabinete dos senhores está bem administrado? E aqui é uma provocação interessante, porque eu penso que no meu próprio gabinete existem muitas ineficiências. Às vezes é um trabalho que deveria ter sido executado e não ficou pronto, um projeto de lei na data em que eu solicitei, uma arte para as redes sociais para explicar um trabalho que eu tenha feito que não ficou pronta no período em que eu achava que era justo, e, no entanto, sabemos que a complexidade de administrar um gabinete parlamentar é absurdamente inferior à complexidade de administrar a rede de ensino de uma cidade. E se nós, no nosso gabinete, temos ineficiências, seria natural que na administração da rede de ensino de uma cidade isso pudesse acontecer.

Eu coloquei aqui dentro desse recipiente 98 bolitas, que são a representação de cada uma das escolas da rede municipal de Porto Alegre. (Mostra objetos da tribuna.) A denúncia que chegou até nós é de que, dessas 98 escolas, apenas oito apresentaram ineficiências. É óbvio que a gente sabe que todas têm as suas ineficiências, mas comparando com a rede municipal de ensino de Porto Alegre, 98 escolas, a denúncia que chegou e que gerou a CPI é relacionada a 8 escolas. Comparando 98 com 8, ou seja 90 estão mais ou menos *ok*, apenas 8 são objeto da nossa investigação. Só para dar para as pessoas uma noção da dimensão do problema. A ineficiência apontada está em 8 escolas; existem 98 escolas. Então, a gente tem que ter uma noção do tamanho do problema para, de fato, poder falar às claras com a população.

E agora eu faço aqui uma observação para vocês, que é com relação ao modelo de gestão. A gente sabe que o cálculo econômico é impossível no socialismo. Por quê? Porque um decisor central acaba não conseguindo tomar todas as decisões otimizadas para todas as diferentes realidades que existem espalhadas pelo território. Quando a secretária decide comprar, por exemplo, cadeiras para as escolas, ela, de repente, tomou a decisão para 50% das escolas, mas ela acaba tendo que fazer uma licitação que permita a compra para todas as escolas. Quando ela faz a compra de Chromebooks, que são 29 mil alunos – eu não vou conseguir contar agora 30 bolinhas, mas são 29 mil Chromebooks comprados, foram entregues 28 mil Chromebooks; 1 mil de Chromebooks ainda não foi entregue. Para que qualquer empresa mantém uma reserva técnica? Se, por acaso, estragar o Chromebook de uma criança ao longo da jornada de aula, ao longo do ano letivo, ela vai ter que ficar sem Chromebook, porque não tem Chromebook, e vai ter que fazer uma nova licitação? Ou faz sentido mantermos uma reserva técnica de Chromebooks, para que, caso aquele estrague, seja substituído prontamente? Na minha opinião, faz sentido manter uma reserva técnica. A questão é essa: nós estamos olhando para mil Chromebooks que são reserva técnica e esquecemos dos 28 mil entregues, porque estão na ponta. É óbvio que vai ter ineficiências, a gente não pode olhar para aquelas oito escolas que têm ineficiência e dizer que as oito escolas representam o todo, porque não é o todo. Vocês, talvez no afã de fazer um bem, acabaram cometendo uma injustiça; não é toda a rede municipal que não presta, algumas escolas da rede municipal estão com problemas. E qual é o problema que existe? O problema do planejamento central; nunca a secretária, ou qualquer pessoa vai ser capaz de tomar uma decisão que sirva ao mesmo tempo para 98 escolas – isso é impossível. Então, qual é a minha sugestão? E eu só tenho aqui a minha voz como parlamentar, como vereador. A minha sugestão é que nós melhoremos o sistema de gestão de duas ou três formas diferentes possíveis. Vou falar de duas ou três forma diferentes possíveis. Uma possível é que as diretoras são formadas em quê? Pedagogia, português, matemática, enfim, não são gestoras executivas. Uma das soluções possíveis é, por escola ou por conjunto de escolas, a Prefeitura designar um executivo responsável para fazer a manutenção e o trabalho sobre a infraestrutura da escola, porque a diretora da escola tem que se preocupar com a sala de aula, com o conteúdo programático adequado, com os professores estarem preparados para dar aula; aquelas questões de SOE e tudo. Então, diretora não tem que ficar se preocupando se vai ter água ou não, essa é uma questão menor, que pode ser feita com um mero, entre aspas, executivo. Essa é uma solução possível.

Para concluir, Presidente, outra solução possível é fazer o que existe no TRT. Vocês sabem, eu sou servidor público do TRT, eu liguei recentemente para o setor de patrimônio do TRT, porque eu lembrei que uma vez teve uma inauguração de um prédio do TRT numa cidade do interior, e eu perguntei qual era o modelo de contratação que eles tinham daquela infraestrutura. É o sistema de aluguel com manutenção. Ou seja, o poder público faz um edital para contratar um aluguel, por tantos anos, com certa característica, com a condição de que o locador vai emprestar já com a manutenção

inclusa. Cara, funciona no tribunal, no Estado inteiro, por que que não funcionaria em Porto Alegre? Fiz essa sugestão ao Poder Executivo.

E uma terceira, que talvez algumas pessoas não concordem, mas estamos aqui para discutir possibilidades, seria fazer como se fosse essa parceria público-privada que existe hoje com a iluminação pública. Alguém se responsabiliza em fazer a gestão de infraestrutura. Não estamos nos metendo, entre aspas, na questão pedagógica, na questão de relação professor-aluno, não estamos falando nada em militarizar a escola, mas fazer algum tipo de parceria para fazer a gestão do espaço físico. Isso, qualquer engenheiro tem capacidade de fazer, mas o problema é que hoje o professor, o diretor, em vez de educar, tem que estar se preocupando em fazer a correta destinação de recursos para consertar, por exemplo, o telhado. É óbvio que isso não vai funcionar. Enquanto nós não mudarmos o modelo de gestão, isso vai acabar sempre acontecendo, e daqui a dois, três anos, vamos acabar discutindo isso de novo infelizmente. Muito obrigado. “Tamo junto!”

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha; eu acredito que o primeiro passo para enfrentar as adversidades é reconhecê-las, e parece que, na semana passada, Porto Alegre reconheceu a realidade da sua educação. E eu lamento que eu venha a esta tribuna falando há meses sobre isso. Eu estive, pelo menos, desde novembro do ano passado, falando das compras, foram reuniões com o prefeito, reuniões com os secretários, inúmeras falas minhas aqui da tribuna, ida às escolas, vídeos, e nada, e essa semana tomou corpo uma investigação pelo canal de comunicação, pela imprensa; parece que Porto Alegre se deu ao respeito de ouvir o que eu estava tentando falar.

O que eu estou tentando falar aqui é sobre o que está acontecendo na educação de Porto Alegre, por isso eu venho aqui para trazer algumas informações verdadeiras, porque me pareceu que, na última reunião de sexta-feira do prefeito, os vereadores pediram um pouco de transparência para que eles também soubessem o que está acontecendo. Por isso eu acho que é importante, independentemente de qualquer coisa, a transparência entre nós, vereadores, a transparência do que está acontecendo na cidade de Porto Alegre, a transparência do que aconteceu. A realidade, Ver.^a Mônica Leal, é que não foi o governo de Minas Gerais que fez as mesmas compras que o Município de Porto Alegre, foram municípios de Minas Gerais; então nós temos um Estado que nem o Rio Grande do Sul, não significa que o governador Eduardo Leite comprou igual às prefeituras do interior. Significa que as prefeituras do interior de Minas Gerais aderiram à mesma ata de preço que Porto Alegre, mostrando que anexar a imagem do governador de sucesso do partido NOVO, Romeu Zema, a essa situação crítica de Porto Alegre não deve ter nenhum sentido, e isso foi reforçado em mais de uma narrativa. E parece-me, Ver. Mauro Pinheiro, que veio num documento para vocês, vereadores, o que eu acho

possível de vocês criticarem também o governo, porque as informações que devem vir para a base, devem vir com verdade, e não deixar vocês com menos transparência e mais na mão de levarem uma invertida, como a gente sabe que acontece nas narrativas. Outra situação, que a adesão de atas de preço é um ato que pode ser feito, mas tem que cumprir requisitos legais. E o mais questionável: em 2021, Porto Alegre, a Prefeitura toda de Porto Alegre, que tem R\$ 10 bilhões de orçamento, aderiu a sete atas de preço, e somente a SMED, a Secretaria de Educação, em 2022, aderiu a nove. Imaginem: uma secretaria aderiu a nove. Em compensação, a Prefeitura toda, que são R\$ 10 bilhões, aderiu a sete no outro ano. Será que aconteceu alguma coisa estranha que a gente precisa fiscalizar? Será que esse instrumento era para ser utilizado em nove contratações, ou será que era para uma situação específica? Eu não sei. É por isso que a gente precisa ter transparência com os vereadores e fiscalizar o que está acontecendo em Porto Alegre, porque, se eu não tenho respostas, vocês, vereadores da base, não têm respostas, a população e a imprensa não têm respostas, e o que a gente ouve é uma narrativa que faltam algumas coisas em algumas escolas para que tudo funcione, eu acho que alguém está faltando com a verdade. E aqui, Ver.^a Cláudia Araújo, eu não coloco o prefeito, porque me parece que, ao ele ir à imprensa e defender de maneira ferrenha essa narrativa, alguém está falando isso para ele, e eu gostaria de trazer essa transparência para o prefeito Sebastião Melo e para o Ver. Jessé, que me antecedeu aqui. Não são nove escolas, são inúmeras escolas; não é um material, são inúmeros materiais; não é um problema de contratação. Quando eu trouxer aqui para vocês como é que foi cada um dos itens contratados, de onde veio cada uma das empresas e como isso aconteceu, vocês vão ver que tem alguma coisa que precisamos investigar, e por isso que eu reforço: o meu pedido de CPI não é uma CPI para bater no governo, é uma CPI na qual firmo meu compromisso com a educação de Porto Alegre, que firmei desde o primeiro dia do meu mandato, que firmei na minha campanha eleitoral – a minha pauta sempre foi e sempre será a educação. Se, para isso, eu precisar abrir uma CPI para investigar, abrirei; depois, o partido NOVO votará 90% dos projetos com governo. Se precisar, farei isso, mas eu entendo que defender meu trabalho sério na educação é parte também de investigar os gastos que foram feitos com a educação. Muito obrigada, vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos acompanham pela TVCâmara, pelo YouTube, aqui no plenário, nas galerias. É bom que a gente traga a verdade e luz ao breu da escuridão. Vindo para cá, estava ouvindo a sessão *on-line*, ouvindo o vereador que senta perto de mim falando, fui obrigada a dizer que, pelo amor de Deus, preciso ter tempo de liderança, tenho que ter tempo de falar, preciso me inscrever, porque algumas verdades precisam ser colocadas, colocar pingos nos is, respostas. Primeiro, que eu acho um tanto irônico virem falar de CPI da maioria, CPI da

minoria, quer dizer que aqui não pode ter CPI da maioria? Lá no Congresso Nacional, tomaram a CPMI do dia 8 de janeiro, aparelharam o que puderam um representante faixa branca do governo federal, justamente para não ter investigação lá; aqui, nós temos uma base de vereadores que querem respostas, sim, e não queriam um circo montado aqui, porque a gente viu que era um circo que estava sendo montado aqui. No momento em que se diz que uma mulher séria, trabalhadora, com anos e anos de experiência nas costas na área da educação, com mestrado, doutorado, como é o caso da Dona Marjorie Klich Nunes, ser chamada de cartomante, de uma forma completamente irresponsável; nós estamos lidando com mentiras e *fake news*. E eu digo mais para vocês: qualquer um pode ter sócio, sócio pode botar dinheiro na empresa que for. O que o meu sócio faz nas horas vagas, se olha as estrelas com uma luneta, se faz acupuntura ou reiki... No caso, a sócia da Marjorie faz reiki nas horas vagas. Meus amigos, vão querer dizer que têm preconceito em relação a reiki? Tem federação nacional de reiki. Nós, aqui nesta Câmara de Vereadores, aprovamos o projeto das práticas integrativas nos postos de saúde, onde tem atendimento reiki, acupuntura. Não é charlatanismo, é ciência, meus queridos, tem gente que se cura com isso. E aí vir jogar no microfone da Câmara de Vereadores, que é um microfone sério, que deveria ser usado para falar a verdade, vir aqui falar que a empresa contratada é de uma cartomante é de uma irresponsabilidade digna de comissão de ética. Essa é só uma das coisas, eu espero conseguir falar mais.

A questão dos Chromebooks, que tão bem explicou aqui o meu colega Jessé: seria irresponsável da parte do governo se comprasse o número exato de Chromebooks para o número de crianças que tem para entregar? E para o número de professores que tem? Porque, por melhor que seja o equipamento, ele dá pane, ele estraga, e as crianças iam ficar sem. E digo mais: mais de mil professores não foram buscar ainda, esses professores estão sendo rechamados para irem buscar os seus equipamentos, ou devem justificar por escrito por que não os querem. Os 857 professores de contratação emergencial precisam ir lá buscar os seus também, quando forem chamados, estão lá os Chromebooks esperando por eles. As crianças que ainda não entraram no sistema, mas vão entrar no ano que vem... Ou vai ter que ter uma nova licitação só para dois mil ou três mil computadores? Não, não é? Isso é uma extrema irresponsabilidade.

Eu vou adiante. Reserva técnica é necessária, sempre foi e sempre será. A empresa dos tapetinhos de robótica é a única que existe prestando esse serviço, por isso que ela é digna de inelegibilidade; por isso que ela pode ser contratada dessa forma. É usado no Recife; agora a escola de Gramado, se tudo der certo, vai poder contratar também. A empresa é idônea, é uma empresa séria.

Eu quero aqui deixar um questionamento: por que a vereadora que vem aqui e fala veementemente, mas se ancora em notícias falsas, como essa da cartomante, está no único partido que votou contra o projeto de educação digital? Aqui eu queria dizer para o Ver. Culau, por quem eu tenho muito respeito, que não se trata de criar aqui – na sessão passada houve esse debate – uma falsa dicotomia entre investir em infraestrutura ou educação digital; dá para fazer os dois, claro que dá, só que cada secretaria tem as suas funções. E se demorou para arrumar a rede elétrica das escolas, o que é uma lástima, eu

espero que a Prefeitura venha a responder, nem que seja com um mutirão ou contratação emergencial, porque isso é inadmissível. Agora, votar contra a educação digital, não querer que os alunos, durante a pandemia, tivessem acesso a Chromebooks, como essa mesma vereadora foi contra, vários discursos aqui se colocando contra a que as crianças tivessem acesso a isso quando ainda era a secretária Janaína, eu lembro muito bem, o Culau não estava na Casa naquela época. Ser contra tecnologia na mão da periferia é coisa de quem não precisa se preocupar com isso no seu dia a dia, é coisa de quem tem, então por isso que eu venho aqui.

Termino mostrando a vocês “Educação Financeira e Consumo” um dos livros que está sendo distribuído e que ainda permanecem, na sua maioria, dentro de caixas, porque muitas escolas ainda não entenderam a importância disso para seus alunos, alguns estão em processo ainda de treino pedagógico, que vai até o final deste ano, porque as coisas não são imediatas, as pessoas precisam estar preparadas; “Empreendedorismo e Projeto Vida” – extremamente necessário.

Só para concluir, Presidente, aqueles que disseram que foram enviados em cópia, que eram desnecessários porque o governo federal já tinha dado, não é verdade também, porque o governo federal deu livros que não tinham espaço para preencher ou para escrever porque era outro tipo de material. Esses aqui preparam para a prova do SAEB, coisa que os outros livros não preparam, com exercícios para fazer em casa; aqui temos livros para alunos, livros para levar para casa, para estudar com a família. Isso é investir em educação, em mudança de paradigmas, em quebra de monotonia, em manter as crianças na sala de aula interessadas em aprender. Isso exige modernização, exige que os professores também façam a sua parte, e acredito que 99% dos professores fazem a sua parte; respeito muito a profissão, meu pai era professor, mas, meus amigos, há uma enorme distância entre discurso midiático, que vem se fazer aqui só para atacar politicamente o governo, e a realidade. E é isso que nós viemos aqui mostrar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O Povo de Porto Alegre que acompanha este debate está estupefocado, porque sobra dinheiro na SMED, vejam que maravilha o Melo criou, vereadoras e vereadores, enquanto todos os políticos do Brasil dizem que falta dinheiro para educação, para o Melo sobra. É um milagroso! Ele é capaz de milagres! Ele fez sobrar R\$ 110 milhões, Presidente, para comprar sem licitação! Ele é ou não é uma pessoa entendida da gestão pública? Enquanto falta dinheiro para coleta de lixo, sobra para Mind Lab; enquanto falta dinheiro para resolver as sujeiradas nas ruas, sobra para Inca Tecnologia para comprar livros! Diz ele que quer educar as crianças, mas tem 50 caixas de livros em escolas que não têm 100 alunos! Me expliquem, expliquem essa matemática, vereadores! Cinquenta caixas de livros em escolas que não têm cem alunos! Essa nem o Bolsonaro foi capaz de inventar, e olha que ele inventou a cloroquina e tudo

o mais que curava a covid. (Mostra imagens.) Ao mesmo tempo, falta dinheiro para pagar quem trabalha: hoje faltou dinheiro para pagar as cozinheiras e várias escolas estão sem merenda! Mas aí sobraram R\$ 110 milhões, onde? Sobraram R\$ 110 milhões para aquilo que agora é o objeto da atenção. O líder Cecchim esteve aqui, e ele é misterioso, eu gosto de ouvi-lo, porque a fala dele sempre traz novidades, ele disse para nós: “O mais bobinho aqui, Jonas, é vereador”. Agora eu uso essa frase dele: Ver. Cecchim, realmente, o mais bobinho entre nós é vereador. Mas eu pergunto: será mesmo que a população acredita nessa cantilena que vocês estão inventando, que as direções são culpadas por uma compra que a SMED fez, que os secretários do Melo fizeram? Eles, os secretários, compraram sem licitação, R\$ 110 milhões. Não tem nada a ver com a direção. A direção viu que chegou um caminhão no portão, cheio de livros, e disse: “Mas o que é isso? Eu não pedi. Eu preciso de ventiladores”. Como é o caso da Escola Migrantes, que precisava de ventilador; as crianças estavam morrendo de calor no verão, porque não há climatização. Eu estou aqui com uma lista que eu entreguei, Ver. Cecchim, um levantamento do Ver. Jonas Reis, em 2021, da necessidade de obras nas escolas da capital. Mais de dez escolas precisando de conserto na caixa d'água! Vocês acreditam nisso? Nem a caixa d'água o Melo conseguiu consertar. Será que, de R\$ 110 milhões não dava para segurar uma beiradinha, Melo? Só um milhõzinho para as caixas d'água, não dava? Será que tinham que ir os R\$ 110 milhões lá para essa senhora? Disseram para mim, eu não sei se é verdade, eu quero ver na CPI, que é uma cartomante. Eu gosto das cartomantes, as acho muito importantes na nossa sociedade, mas vieram dizer para mim que foi uma cartomante que vendeu para a Prefeitura. Se é uma cartomante, ela tem que vir aqui explicar o que tem nesses materiais.

Eu quero mais do que isso, quero falar para vocês dos livros. Foi esse livro aqui que eles compraram. (Mostra livro.) A Prefeitura comprou esse livro, Oliboni, com erros de português! Vocês acreditam nisso? Olha aqui, olha aqui o absurdo! Questão número dois cheia de erros de português. Isso é uma vergonha para nós! Vocês não se envergonham? Larguem um pouquinho o WhatsApp, eu sei que tem gente que está no WhatsApp, o líder do governo e o Pablo. Olhem aqui para nós, me ajuda a entender isso aqui, olhem aqui: menciona trecho inexistente no fragmento reproduzido na página anterior, uma questão que se refere à página anterior que não tem nada a ver. É com isso aqui que vocês querem ensinar nossas crianças? Vocês têm que ter respeito pelas nossas crianças, elas merecem material pedagógico decente e não essa vergonha que saiu de uma editora sei lá qual, com erros de português. Esses livros quem tem que pagar é o prefeito, livros com erro de português. A minha indicação a todas as diretoras: juntem todos os livros e mandem a SMED retomar. Esses livros têm que voltar para a SMED, lá para o depósito. Livros com erro de português jamais em escola pública. Escola pública não é qualquer coisa para receber material que sequer teve a fiscalização dos setores pedagógicos da Prefeitura, da SMED. Isso é uma vergonha, isso é deplorável! Para além, claro, dos R\$ 110 milhões, e ainda não foi explicado por que não houve licitação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste; tem algumas informações que os nossos colegas vereadores não sabem e vêm à tribuna falar sem ter entendimento de causa. É triste, quando o Ver. Jonas chega aqui e diz que R\$ 110 milhões... Cento e dez milhões é o total, Ver. Jonas, de todas as compras! O senhor precisa estar mais atualizado com as informações, para poder trazer para o seu público. Depois, fala que as terceirizadas não recebem; receberam, todas receberam. O que aconteceu é que uma das terceirizadas não apresentou a comprovação do repasse para os funcionários. Então essa terceirizada, sim, é responsável pelo problema, e não quem contrata essa terceirizada, porque esta recebeu. Só para deixar claro aqui.

Quando a gente fala dos Chromebooks, a Ver.^a Fernanda falou sobre os livros, eu queria falar sobre os Chromebooks: são 25 mil Chromebooks, 82% deles foram entregues, ou seja, mais de 20 mil Chromebooks foram entregues para 18 mil alunos e 2.352 professores; 1.750 professores não retiraram os seus Chromebooks ainda. E tem um uma reserva técnica de 2.572 para novos professores, para novas escolas e para aqueles que venham a estragar, porque pode acontecer, mesmo tendo a garantia, até isso acontecer, pode ter que ser substituído. Eu trago aqui para os senhores o Chromebook, para que vocês possam ver o que os alunos receberam nas escolas municipais, principalmente da periferia, que tem o mesmo acesso e a mesma qualidade das escolas privadas. (Mostra um Chromebook.) Então, o que a gente prefere: que os alunos recebam um aparelho, como esse, de qualidade, de uma Prefeitura que pensa nos seus alunos, de uma secretaria que quer melhorias para a sua educação, ou a gente quer continuar com o giz no quadro-negro? O que é melhor para nós? Então assim: bater é muito fácil, o importante é nós trazermos os números e a realidade dos fatos, e isso não é o que está sendo apresentado para quem está nos ouvindo lá do outro lado das câmeras. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero fazer um registro da visita orientada, estão presentes, no plenário da Câmara de Vereadores, 40 alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Brigadeiro Franciso de Lima e Silva, acompanhados pelos professores Antônio Lapolli Neto, Cristina Beatriz Weschenfelder Dias e Jani Assoni. Essa atividade faz parte do projeto de educação política que o Memorial desta Casa desenvolve junto às escolas da cidade de Porto Alegre, solicito uma salva de palmas para os nossos convidados aqui. (Palmas.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu quero pedir desculpas aos colegas, mas eu não podia deixar de passar esta oportunidade de dizer que essa escola estadual,

dentro de Porto Alegre, é uma das principais escolas, sempre está na vanguarda do ensino e do exemplo que estão dando. Parabéns à escola, muito obrigado por terem nos visitado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado, sejam muito bem-vindos.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero aqui parafrasear o sempre Presidente da República Juscelino Kubitschek: eu, particularmente, Ver. Tiago Albrecht, não tenho problema nenhum em voltar atrás, pois eu não tenho compromisso com o erro. Eu quero retificar uma informação que dei lá na reunião da CECE, onde eu falei que nós teríamos aderido a uma ata do governo Zema; de fato, eu passei uma informação que não era correta – eu quero retificar junto à Ver.^a Mari Pimentel – sobre um consórcio de cidades lá em Minas Gerais.

Em segundo lugar, eu quero elogiar, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, a atuação investigativa aqui nesta Casa, que é prerrogativa de vereador o *parlare*, o fiscalizar e o acompanhar os atos do Executivo. Então quero parabenizar não só a atuação dos vereadores que querem aqui fazer uma fiscalização do governo, como também às reportagens, o setor investigativo da imprensa também, pois eu acho que são importantes. Aqui a gente tem lutado tanto por democracia no nosso País, e eu acho que é importante, sim, termos a liberdade também para investigar.

São importantes alguns fatos que são trazidos – em decorrência do que veio à tona na semana passada –, algumas providências por parte da Prefeitura, como a abertura de auditoria especial, liberação de R\$ 3,5 milhões para reparos e obras emergenciais nas escolas, reforma do depósito da Secretaria de Educação, enfim. Nessa questão das aquisições, houve licitações e também houve adesão à ata de registro de preço, então o que pode ter havido – e acho que é importante que a investigação se aprofunde, Ver. Bobadra –, é que não há nenhum... Nós não estamos discutindo, até o momento, algum suposto problema que vem acontecendo, Ver. Giovani Culau, e tem sindicância aberta, então que se investigue se as distribuições dos materiais não foram corretas, se houve algum problema de comunicação entre a Secretaria Municipal de Educação e a secretaria das escolas, as suas diretorias, enfim, nós queremos que esse processo seja extremamente transparente.

Quando eu vejo aqui alguns vereadores da guarda pretoriana do lulopetismo falar em corrupção, eu digo que nisso eles são especialistas, Ver. Cecchim, porque nunca um governo e nunca um Presidente tiveram tantos problemas de corrupção como foi no governo anterior do Lula, com o petrolão, com o mensalão, foram inúmeros os escândalos de corrupção – eles falam de corrupção com autoridade! Nós estamos até agora discutindo, na verdade, a questão da distribuição de materiais que não foi feita, e os motivos pelos quais foi ou não foi feita têm de ser apurados, sim.

Quero também aqui fazer, Ver. Tiago Albrecht, um resgate que eu acho muito importante sobre a atuação do NOVO, que tem de suas grandes lideranças, como Marcel Van Hattem, na defesa pela democracia e liberdade do nosso Congresso Nacional; o próprio Felipe Camozzato, que foi um grande vereador desta Casa e está brilhando na Assembleia Legislativa, e outras tantas lideranças, como o senhor, que chega também brilhantemente a esta Câmara; nós queremos separar, diferenciar as coisas: a atuação do NOVO, que tem sido brilhante na defesa dos interesses de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil, da diferença de integrantes do NOVO que querem servir apenas de bucha de canhão da oposição, para ser apenas um trampolim eleitoral para a eleição do ano que vem.

O governo Melo não deve absolutamente nada, aliás, se houver algum problema, com certeza, como disse o Ver. Cecchim, se for apresentado qualquer problema, com qualquer um, o prefeito Melo já disse que vai degolar. Então acho que está muito claro para todos nós, que se façam as devidas investigações e que se busquem as devidas soluções para os problemas que foram apontados.

Infelizmente, Ver. Albrecht, infelizmente, um integrante do NOVO se aliou ao PT, ao PCdoB, ao PSOL, para fazer palanque eleitoral faltando um ano e meio para a eleição. Isso é só para desgastar o governo, é verdade, e para trazer brilho à oposição, que não tinha nada a falar contra o governo. Eu lamento que apenas uma parlamentar do NOVO tenha feito isso, mas a gente respeita toda a história e respeita aqueles parlamentares do NOVO que honram seus mandatos em Porto Alegre, no Estado e no Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, acompanhei atentamente a manifestação de todos os meus colegas; faço um cumprimento aos estudantes e aos professores da Escola Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que hoje nos visitam e ocupam o plenário da Câmara num dia em que nós nos dedicamos, mais uma vez, a discutir a educação de Porto Alegre, Comassetto, talvez por um motivo que não é de alegria para nenhum e nenhuma de nós, porque o que motiva todas essas discussões são denúncias graves de corrupção que precisam ser investigadas, mas que entendo, Ver. Jonas, que permitem que esta Câmara debata a situação da educação em Porto Alegre. O que me faz participar desse debate é que, no dia de hoje, Ver. Jonas, o Fórum de Diretoras e Diretores publicou uma nota, Comassetto, e eu gostaria muito que os meus colegas vereadores e vereadoras lessem.

Eu não poderia começar de outra forma a minha intervenção que não fosse prestando a minha solidariedade aos diretores e diretoras, aos professores e professoras, porque aqui desta tribuna foi dito o contrário, mas a verdade é que, quando o governo foi

questionado sobre o que hoje nós discutimos aqui nesta Casa, a primeira resposta do governo não foi reconhecer um problema, a primeira resposta do governo foi dizer que, nas escolas, os diretores e diretoras, os professores e professoras eram omissos, que as direções estavam praticando descaso. Chegou-se a dizer – e aqui dessa tribuna também se levantou essa hipótese – que havia um viés político para a situação que as nossas escolas vivem. Isso é uma barbaridade, por isso presto aqui a minha solidariedade. Presto aqui a minha solidariedade, ao mesmo tempo, Ver. Pablo Melo, que falou em tempo de liderança pelo governo, considero que os 15 pontos registrados pelos diretores e diretoras precisam ser lidos pelo governo, precisam ser lidos pela base aliada. Eu destaquei alguns pontos para dialogar com vocês: os livros chegaram, mas até agora os professores e os monitores que precisam chegar na sala de aula ainda não chegaram; a gente tem estudante em Porto Alegre sem professor e professora; temos, em Porto Alegre, uma situação de defasagem educacional, Ver. Pablo Melo, muito fortemente impactada pela pandemia, e o governo municipal tem dois programas para combater a defasagem – Alfabetiza+POA e RecomPOA. Veja bem, vereador, os materiais didáticos adquiridos pela Prefeitura são contraditórios com esses dois programas do governo. Eu fico me perguntando: como o governo investe R\$ 45 milhões para comprar materiais didáticos que são contraditórios com os programas do próprio governo? O que motivou o governo a comprar esses livros, Ver. Jonas? Eu ainda não entendi. A Ver.^a Fernanda Barth comentou aqui sobre a incompatibilidade de alguns materiais tecnológicos com a situação da escola, porque, por vezes, não tem sequer tomada para ligar os equipamentos de tecnologia. Mas veja bem, vereadora, a SMED acabou com seu setor de manutenção, Ver.^a Biga, buscou garantir a manutenção das escolas a partir da terceirização; a licitação fracassou. A Ver.^a Cláudia, vice-líder do governo, acabou de admitir aqui os problemas da terceirização na educação de Porto Alegre, Ver. Comassetto, mas a verdade é que esse governo tem praticado uma terceirização irrestrita na educação e em todas as áreas da cidade. Então, o governo precisa recuar dessa política, porque essa terceirização faz com que hoje existam estudantes sem almoço na Restinga e na escola Gabriel Obino. Eu não acredito que isso não sensibilize o conjunto dos vereadores e vereadoras.

Eu digo tudo isso, Presidente, para me encaminhar para a conclusão de que, com muita tranquilidade, a oposição assinará qualquer pedido de CPI que se instalar aqui para investigar essa situação da educação. Mas fica nítido que o governo não quer que se tenha uma CPI independente, porque a declaração feita pelo líder do governo de contestação à assinatura do Ver. Tiago demonstra o quê? Que não se quer uma CPI independente, esse é o objetivo, e é isso que nós não vamos tolerar, porque nós precisamos que a Câmara, Presidente, cumpra o seu papel de independência, de fiscalização; a cidade quer respostas, as respostas precisam ser dadas pelo governo, e o melhor lugar que esta Câmara pode construir para que o governo dê as suas respostas é uma comissão parlamentar de inquérito que cumpra o seu papel e, para isso, ela precisa de independência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, eu, há dias, venho prestando atenção nas mais diferentes manifestações, nesta tribuna, de todos os meus colegas, e também na imprensa, como jornalista, eu tenho esse hábito de observar, escutar, ler – ler muito – e pesquisar. E aqui me chamam a atenção algumas coisas que talvez os mais novos que estão chegando desconheçam. Eu não tenho dúvida, sobre o ocorrido na Secretaria de Educação, que o governo não vai medir esforços para apurar, para elucidar os fatos e, se comprovada a irregularidade, vai encaminhar a questão da melhor forma possível – é sabido. O prefeito, para surpresa de muitos, e certeza daqueles que estão aqui nesta Câmara há um bom tempo, foi vereador, foi presidente da Câmara, vice-presidente, deputado, advogado, tem pleno conhecimento da máquina pública! E mais: não só ele quer apurar, como está providenciando isso, como vai prontamente punir, se tiver alguma irregularidade, os envolvidos, para a correção do problema – eu acredito que todos nós sabemos disso aqui. Então, esse é um ponto.

Agora, Ver.^a Mari Pimentel, a senhora que se diz defensora da educação, a senhora me surpreende em algumas questões. A senhora é defensora na teoria, porque, na prática, quando este Parlamento trouxe para ser votado o projeto da educação digital, a senhora e seu partido votaram contra. E o prefeito Melo, preocupado com a educação digital da periferia, sancionou a lei.

Outra coisa, Ver.^a Mari, eu até aceito que a senhora esteja em dúvida, queira questionar, traga para o plenário, para tribuna qualquer dúvida e irregularidade, só que, sinceramente, eu acho – eu não acho, eu tenho certeza – que, no seu lugar, eu teria feito diferente. Eu teria agendado uma hora com o prefeito e conversado com ele. O Melo é um homem do diálogo. Nós não precisamos aqui ser surpreendidos com nenhum possível escândalo como se está chamando lá fora, ou como a senhora tão bem cita nas suas manifestações. Nós queremos o bem de Porto Alegre e dos estudantes. E aqui eu faço um registro que me preocupa, não é de hoje que este partido, na Câmara de Vereadores, gosta de dar narrativas aos fatos. Nós tivemos aqui o Ver. Felipe Camozzato, que fazia *cards* dizendo: “Vergonha, vereadores aprovam criação de 28 cargos com o custo de R\$ 1 milhão por ano. O NOVO votou contra”. Todas as redes sociais acompanharam e não era verdade, os fatos não eram esses. A narrativa que se deu foi mentirosa. Nós votamos e aprovamos estágios, e não, cargos. Outra questão: “Projeto eleitoreiro não!” Também partiu aqui do seu partido, depois que vem o texto: “Melo envia à Câmara projeto de passe livre nas eleições”. Até que se explicasse que não era essa a intenção do Ver. Felipe Camozzato, na época... A gente sabe, né, errata em jornalismo demora muito.

Outra questão, Ver.^a Mari, a senhora também publicou nos bastidores: “Tentativa de furto de cabos e serviços da CEEE afetam abastecimento de água em 21 bairros de Porto Alegre. A Prefeitura diminuiu em mais de R\$ 30 milhões o orçamento de segurança na capital, e o resultado está aí: falta de luz e água para milhares de pessoas”. Ora, sinceramente, eu estou no meu quarto mandato, eu tenho muita responsabilidade

tanto com as pessoas da direita, da esquerda, quanto com os independentes, nós não podemos fazer politicagem, nós temos que ter seriedade, se existe alguma coisa errada, nós vamos resolver, vamos conversar. Eu tenho certeza absoluta que a intenção do governo é resolver. O prefeito pediu uma auditoria especial para Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria. Talvez tenha errado no tempo, foi surpreendido, deveria ter feito imediatamente, na semana passada, mas não quer dizer que esteja errado. Eu penso que o que está acontecendo no governo, a minha opinião pessoal, de vereadora e de quem já foi secretária da Cultura no Governo Yeda Crusius, é uma falta de gestão na Secretaria de Educação. Eu vejo ineficiência. E a oposição, com todo o respeito aos meus queridos amigos, está se aproveitando disso num ano pré-eleitoral. Então, o problema não são as compras, o problema foi a falta de uso desse material, a falta de uso dos livros. A secretária não é gestora, é uma professora bem-intencionada, mas não dá conta da máquina pública. Não basta ter domínio de práticas em sala de aula, precisa conhecer a realidade da gestão pública e a legislação, além de administrar as contas públicas. Esta é minha opinião. Nós temos que ter muito juízo com mandatos, nós não podemos sair por aí abrindo a metralhadora, atirando, porque isso não é produtivo para os nossos estudantes, para a cidade. O prefeito quer resolver esse assunto e pediu, sim, uma auditoria especial na Secretaria Municipal de Educação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, tema importante aqui, a educação. Eu, como professor do magistério estadual, aprovado em primeiro lugar no concurso para professor de direito da 1ª Coordenadoria Regional de Educação, tenho a responsabilidade de falar aqui, restabelecer a verdade. A educação do nosso País, em geral, é uma educação ultrapassada, porque é difícil para o professor, dentro da sala de aula, prender a atenção do aluno, porque o aluno, quando vai para sala de aula, quer mexer no celular, quer conversar, está preocupado com as novas tecnologias; às vezes um professor, dentro da sala de aula, meu colega Claudio Janta, diz: “Guarda o celular”. E a pior coisa que tem dentro de uma sala de aula é proibir o aluno de mexer no celular. Lembro que, numa das minhas pós-graduações, Comassetto, em Planejamento Educacional em Docência no Nível Superior, no meu trabalho de conclusão de curso, pude comprovar ali que os alunos que participavam de grupos de estudo nas redes sociais tinham uma média superior aos que não participavam, em torno de 20%, porque eles interagem mais. Isso é fato! Então, precisamos prender a atenção dos alunos, meu líder, Ver. Mauro Pinheiro, e nada mais justo... Não quero fazer propaganda, mas foi mostrado aqui um Chromebook, que é um *notebook* de última geração. Imagine, eu fico preocupado quando a esquerda ultraradical é contra a tecnologia dentro da sala de aula. Mas, se pouco tempo atrás, a esquerda ultraradical foi contra o ensino de educação financeira dentro da sala de aula; parece

brincadeira, mas os partidos que aqui estão, da esquerda ultrarradical, que eu nem vou dar o nome para não gerar engajamento, foram contra educação financeira para as nossas crianças; eles querem que as crianças fiquem contando pedrinha, contando moeda. Quer dizer que ter um Samsung, um aparelho de última geração na sala de aula traz prejuízo para as nossas crianças; colocar um aparelho de última geração ali para mostrar as capitais, os planetas, biologia, isso é ruim? O que que é positivo então? Positivo é a linguagem neutra, isso é positivo? Porto Alegre tem o melhor salário do Brasil, entre as capitais, para os nossos professores. Acho que mereciam ganhar, mas o desempenho também deveria melhorar, porque estamos em último lugar nas capitais, nós temos que trabalhar mais e falar menos, temos que nos preocupar com os nossos alunos, com os nossos índices. Há poucos dias, eu recebi uma medalha lá no Colégio Militar, Ver. Pedro Ruas, do Batalhão Suez, e vi aqueles alunos todos uniformizados, organizados, com as melhores notas do Brasil. Cinco Presidentes da República já estudaram no Colégio Militar. É só comparar com a nota do colégio público, em que o negócio é a bangu, é à moda bicho. Lá, os alunos têm uniforme, há hierarquia e disciplina, há regras. Sou autor do projeto aqui nesta Casa que determina que uma vez por semana o aluno tem que cantar o Hino Nacional e o Hino Rio-Grandense. Eu vivi isso; no meu tempo, tinha técnicas agrícolas, técnicas industriais, técnicas domésticas. Nós temos que preparar o ser humano para a vida, preparar para o vestibular, para o mercado de trabalho, para abrir uma empresa, para se comportar em uma entrevista, ensinar o mundo real. Aluno tem que respeitar professor; nós não podemos chegar em uma sala de aula onde aluno vai agredir professor. Eu me lembro que, pelo fato de eu ser da segurança pública – eu estava 40 horas na segurança pública durante o dia e à noite dava aula –, a diretora pedia para eu fechar a escola, por falta de segurança. “O senhor pode ficar no último período?”, e eu ficava no último período para fechar a escola. Nós temos que dar infraestrutura para os nossos alunos. Quantas crianças vão para a sala de aula para se alimentar? Por que as nossas crianças não podem ter acesso às novas tecnologias? Por que a esquerda ultrarradical é contra? Porque quer escravizar os nossos jovens, quer incentivar o uso de drogas, quer sexualizar as nossas crianças. Quanto mais desorganizado, melhor, esse é o pensamento da esquerda ultrarradical. Eu estava em Santa Catarina neste fim de semana, em Florianópolis, que nunca foi administrada pelo PT, e é uma cidade limpa, organizada, ordeira, com infraestrutura. Por 16 anos a nossa cidade aqui ficou um lixo, a nossa cidade sangrou! E, se depender de mim, vocês nunca mais vão administrar Porto Alegre. Vocês nunca mais vão sexualizar as nossas crianças.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Senhora Presidenta, Ver.^a Cláudia Araújo, colegas vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, na nossa Rádio Câmara e nas plataformas digitais; hoje é um dia muito especial, e eu pensei que nós teríamos um dia de amor, carinho e afeto, um dia de homenagem às nossas companheiras pelo Dia dos Namorados, mas esta Câmara, Ver. Cecchim, pulsa, então eu quero falar aqui de um projeto do qual falei na semana passada – só estavam aqui neste plenário, além de mim, a Ver.^a Cláudia, o Ver. Cassiá Carpes, mais um ou dois vereadores –, que é um projeto que está terminando nesta Casa e que nós já derrotamos por duas vezes. Aqui se fala muito em educação, se fala muito em cultura, mas entra um projeto assinado pelos vereadores Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Mari Pimentel e Fernanda Barth, que quer revogar a [Lei nº 10.036](#), de agosto de 2006, que dispõe sobre a colocação de obras de artes nas edificações com metragem igual ou superior a 2 mil metros quadrados, projeto que já foi adequado nesta Casa porque previa somente artes de artistas gaúchos, e nós abrimos isso para o Brasil inteiro, e agora volta a esta Casa. Mas se fala tanto em cultura, se fala tanto educação, e aí as pessoas saem daqui para ir à Montevideu para ver as obras públicas de arte que existem lá, saem daqui para Buenos Aires para ver as obras públicas que existem lá. E não precisa ir longe, vamos caminhar em Bento Gonçalves, nos Caminhos de Pedra, onde cada restaurante, cada pousada tem uma obra de arte na frente. Porto Alegre quer andar para o passado, Porto Alegre quer andar contra algo que propicie que essas crianças lá das comunidades vejam uma obra de arte, que as pessoas, quando chegarem aqui na nossa capital e se hospedarem num hotel com mais de 2 mil metros quadrados, forem a um *shopping* com mais de 2 mil metros quadrados ou num condomínio vejam uma obra de arte exposta na entrada de um desses lugares, possibilitando que as pessoas tenham acesso à cultura. Cultura não é a Netflix, cultura não é a Globo, cultura é o que a pessoa tem acesso, principalmente quando esse acesso é gratuito. A quem interessa? Qual é o interesse de tirar as obras de arte de Porto Alegre? Qual é o interesse de não permitir que a população de Porto Alegre tenha acesso às obras de arte? Qual é o interesse de não transformar a nossa cidade do empreendedorismo na cidade também da cultura?

Falando em empreendedorismo, quero falar em fatos que estão acontecendo em Porto Alegre, neste fim de semana mais de três estabelecimentos comerciais no 4º Distrito fecharam suas portas, mais dois estabelecimentos na Cidade Baixa fecharam suas portas. Empresas que são anunciadas como empreendedoras na cidade de Porto Alegre estão sendo proibidas de trabalhar, proibidas de acolher seus clientes; nós somos a cidade do empreendedorismo, não podemos correr os empreendedores da cidade de Porto Alegre. Já fizemos um pedido de informações à Prefeitura de por que essas casas de espetáculos estão sendo proibidas de atuar em Porto Alegre. Será que é por causa dos eventos que saem no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho? Será que é por causa dos eventos que saem no Beira-Rio e na Arena do Grêmio que essas casas não podem funcionar mais na cidade de Porto Alegre? A Guarda Municipal – olha o papel da Guarda Municipal – não está permitindo que essas casas funcionem, então nós já pedimos informação ao governo, um governo no qual nós acreditamos, que nós apoiamos, nós

acreditamos que é uma cidade que está sendo construída para todos, uma cidade que está sendo construída para pessoas empreenderem e para as pessoas viverem. Por isso nós não vamos admitir que as esculturas de arte sejam retiradas da cidade de Porto Alegre, muito menos que cinco estabelecimentos fechem na cidade de Porto Alegre, porque não permitem o seu funcionamento, já que nós somos a cidade dos empreendedores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0896/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 435/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que declara como patrimônio cultural imaterial do Município de Porto Alegre a Orquestra Villa-Lobos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos. **(SEI 021.00253/2022-86)**

PROC. Nº 0180/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece a realização do exame de cariótipo nos recém-nascidos com síndrome de Down no âmbito das maternidades e hospitais públicos ou conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Município. **(SEI 021.00059/2023-81)**

PROC. Nº 0272/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 130/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Protocolo Acessível em atividades e eventos organizados ou patrocinados pela Administração Pública Municipal. **(SEI 021.00094/2023-09)**

PROC. Nº 0275/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 131/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o botão do pânico nos equipamentos públicos municipais de atendimento à população no Município de Porto Alegre. **(SEI 021.00095/2023-45)**

PROC. Nº 0478/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 266/23, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a Ricardo Ariel Zimmerman. **(SEI 212.00044/2023-94)**

PROC. Nº 0496/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 281/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Coronel

Aparício Borges no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00114/2023-02)

PROC. Nº 0493/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 278/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Ipiranga no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00111/2023-61)

PROC. Nº 0495/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 280/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro São José no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00113/2023-50)

PROC. Nº 0511/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 291/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Assunção no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00121/2023-04)

PROC. Nº 0512/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 292/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Tristeza no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00122/2023-41)

PROC. Nº 0514/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 294/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Conceição no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00124/2023-30)

PROC. Nº 0520/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 300/23, de autoria

do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Rio Branco no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00131/2023-31)

PROC. Nº 0508/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede a Comenda Porto do Sol ao Clube do Comércio de Porto Alegre. (SEI 037.00151/2023-36)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0613/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/21, de autoria dos Vers. Felipe Camozzato, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário e das Ver^{as} Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel, que revoga a Lei nº 10.036, de 8 de agosto de 2006 – que dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações com área adensável igual ou superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) e dá outras providências. (SEI 030.00027/2021-13)

PROC. Nº 1183/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 519/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que altera ementa, os arts. 1º, 3º, 4º e o *caput* e os incs. I, II, III e IV do art. 2º, todos na Lei nº 10.986, de 6 de dezembro de 2010, alterada pela Lei nº 12.706, de 1º de abril de 2020, alterando o nome Museu da História e da Cultura do Povo Negro Vereador Tarciso Flecha Negra para Memorial do Legado Africano Vereador Tarciso Flecha Negra. (SEI 161.00180/2021-92)

PROC. Nº 0090/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que autoriza o tráfego, nos corredores exclusivos para ônibus do Município de Porto Alegre, de veículos identificados como de transporte de conselheiros tutelares, quando em serviço. (SEI 145.00018/2023-52)

PROC. Nº 0343/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 006/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que altera o § 4º do art. 2º e revoga os §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, retirando a exigência de observância de percentuais para cada sexo e inserindo itens no rol de crimes pelos quais a condenação penal transitada em julgado é impeditiva para a denominação de logradouros e equipamentos públicos com nomes de pessoas. (SEI 298.00031/2023-40)

PROC. Nº 0367/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Pedro Nunes dos Santos o logradouro público não

cadastrado conhecido como BC Dois – Vila Julia –, localizado no Bairro Belém Novo. (SEI 165.00089/2023-35)

PROC. Nº 0384/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Turismo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de maio, bem como em toda primeira e segunda semanas do mês de maio de cada ano. (SEI 222.00050/2023-31)

PROC. Nº 0406/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Lageado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 1º de outubro e na semana compreendida do dia 28 de setembro a 4 outubro de cada ano. (SEI 222.00059/2023-42) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0407/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Serraria no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de setembro e na semana compreendida do dia 9 a 15 de setembro de cada ano. (SEI 222.00060/2023-77)

Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0414/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Cidade Baixa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00067/2023-99) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0418/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Independência no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00070/2023-11) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0423/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Saul Veras Bof. (SEI 025.00040/2023-31)

PROC. Nº 0426/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Belém Velho no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de dezembro e na semana compreendida do dia 20 a 27 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00077/2023-24) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0427/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Jardim no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00078/2023-79) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0428/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Santa Tereza no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00079/2023-13) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0429/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Navegantes no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00080/2023-48) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0430/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Jardim Sabará no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 29 de outubro e na semana compreendida do dia 26 de outubro a 1º de novembro de cada ano. (SEI 222.00081/2023-92) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0441/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Santa Cecília

no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00090/2023-83) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0443/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 243/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Cascata no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de dezembro e na semana compreendida do dia 18 a 24 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00092/2023-72) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0458/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Praça Arquiteto Claudio Ferraro o logradouro cadastrado conhecido como Praça Sete Mil Duzentos e Dez, localizado no Bairro Hípica. (SEI 025.00043/2023-75)

PROC. Nº 0465/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Nonoai no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1 a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00100/2023-81)

PROC. Nº 0466/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 257/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Floresta no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1 a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00098/2023-40)

PROC. Nº 0483/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 269/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui a efeméride Caminho dos Santuários no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no terceiro sábado de maio. (SEI 039.00043/2023-61)

PROC. Nº 0488/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 273/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui a efeméride Dia do Orgulho Nerd no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 25 de maio. (SEI 220.00101/2023-27)

PROC. Nº 0489/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 274/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui a efeméride Dia dos Jogos de Tabuleiro no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 28 de abril. (SEI 220.00102/2023-71)

PROC. Nº 0504/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 287/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luis Alberto Suárez Díaz. (SEI 019.00093/2023-69)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, Ver.^a Cláudia, satisfação vê-la presidindo os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, através das redes sociais e canais de mídia, eu venho aqui, principalmente, para discutir o projeto que foi comentado pelo Ver. Janta e outros vereadores. Depois, se der tempo, eu quero falar sobre um projeto que trago para desburocratizar os processos. Eu quero dizer que esse projeto que nós desarquivamos não é contra a cultura; esse projeto não quer tirar nenhuma obra de arte de Porto Alegre. O que esse projeto quer fazer é que aquele que é o dono do dinheiro decida o que ele quer fazer com o seu dinheiro. Ou seja, nós vamos emendar esse projeto, ao invés de revogar, e esse foi o mérito que esta Casa já tratou – respeitamos grandemente o trabalho parlamentar que já foi feito, eu estou falando desse projeto, porque eu assumo a titularidade, vamos dizer assim, no lugar do deputado Felipe Camozzato –, nós vamos fazer uma emenda para que, ao invés de retirar a lei, que parece algo um tanto mais forte, a gente flexibilize, ou seja, quem vai construir o imóvel, que é o dono do dinheiro, do investimento, que decida se quer ou não colocar ali uma escultura. A nossa equipe técnica, o Bernardo e o Adriano, está nos ajudando, estamos olhando para Florianópolis, aliás, apenas duas cidades têm lei parecida, nós estamos olhando para Florianópolis, onde é opcional e lá é dado incentivo de índice construtivo para quem opta por colocar uma obra de arte. Nós, liberais, não achamos correto que o Estado obrigue um ente privado a colocar algo na sua obra que não está orçado e/ou que não é do seu interesse. Então nós vamos emendar, eu já pactuei isso com os vereadores proponentes, vejo aqui a Ver.^a Fernanda Barth, temos também o Alexandre Bobadra, o Mauro Pinheiro, o Ramiro Rosário, a Comandante Nádia, a minha líder Mari Pimentel, nós vamos emendar esse projeto, para que fique opcional, Ver.^a Fernanda, não que se revogue a lei, mas que fique opcional. Estamos estudando essa lei em Florianópolis, para que haja um incentivo ao empreendedor que quiser colocar a obra de arte, para que possa ter alguma compensação, muito provavelmente, com relação ao potencial construtivo. Portanto, não é verdade que esse projeto quer tirar obras de arte, não é verdade que esse projeto está querendo acabar

com a cultura ou com as esculturas em Porto Alegre. Este Parlamento é um local de debates, é o local em que nós apresentamos as ideias e que a gente vem para discussão. Eu espero ter tirado qualquer dúvida a respeito desse projeto. Reitero que vamos emendá-lo nas comissões, provavelmente com uma emenda substitutiva.

O outro projeto, Sra. Presidente, aproveitando o um minuto que me resta, é um projeto que me deparei frente à burocracia que, muitas vezes, ou atrapalha ou até mesmo não é cumprida nos processos de nomes de ruas. Nós queremos colocar ainda mais poder e peso na ação parlamentar, na ação das pessoas que moram naquele logradouro, e vamos revogar uma exigência que, na prática, é inexequível, de um estudo para saber a respeito do nome de rua, 30/70, 70/30, algo que os vereadores não têm mandado junto com os projetos de lei, porque é um estudo, repito, inexequível. Também estamos apertando a nomeação de rua com relação a vedar que pessoas criminosas, quem bate em mulher, quem comete violência doméstica, pessoas condenadas sejam homenageadas com nome de rua em Porto Alegre. Quando chegar a hora, vou novamente subir e pedir o apoio, o voto dos senhores e das senhoras parlamentares. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta, Ver.^a Cláudia Araújo, cumprimentando-a e dando-lhe um abraço, cumprimento e abraço todos os colegas vereadores e vereadoras. Quero tratar aqui hoje, em Pauta, sobre um conjunto de projetos. O primeiro deles é o projeto do nosso Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, que trata o tema do Conselho Tutelar, o [PLL nº 044/23](#).

Depois, quero tratar um conjunto de projetos, são 20 projetos do Ver. Alexandre Bobadra, que homenageia e coloca no calendário oficial os bairros, alguns, inclusive, que já tem o dia. Pego, como referência, o [PLL nº 209/23](#), que é lá do bairro Lageado.

Junto com isso, já que o tema aqui é da educação, Ver.^a Cláudia, hoje é o Dia Mundial de Luta contra o Trabalho Infantil, Ver. Oliboni, e tudo aqui está relacionado ao tema: o debate da educação, a evasão escolar, as escolas inconclusas, o Conselho Tutelar, como é o projeto aqui do colega Ver. Hamilton Sossmeier. Quero dizer o seguinte: em Porto Alegre, Ver. Sossmeier, aumentou imensamente o trabalho infantil das crianças nas sinaleiras. Alguém aqui falou de uma maneira pejorativa da administração popular, Ver. Sossmeier, mas durante a administração popular foi erradicado o trabalho infantil da cidade de Porto Alegre e voltou, então, hoje, está ali.

O Ver. Bobadra está homenageando os bairros da cidade, e eu gostaria de mostrar a todos aqui da oposição e da situação, Ver. Gilson Padeiro, o senhor que é lá da região sul: aquilo ali é uma escola infantil de Porto Alegre, está ali a foto, da administração municipal de Porto Alegre, está sem conselheiro, abandonada, isso é lá no

bairro Hípica. (Mostra fotografias.) Como é que nós vamos querer que não haja trabalho infantil se hoje tem defasagem, tem a falta de cinco mil vagas para crianças da educação infantil, e essa escola está assim lá no bairro Hípica? Ver. Cecchim, essa é uma escola sob a gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E aí vamos para a segunda foto, que é lá no bairro Lageado, lá na Cooperativa Clara Nunes, uma escola municipal infantil, cuja construção, com dinheiro federal, é de responsabilidade do Município: está abandonada! Como é que não vai ter o trabalho do Conselho Tutelar – o Ver. Hamilton Sossmeier apresentou um projeto de proteção, de melhoria do trabalho dos conselheiros –, se faltam cinco mil vagas na educação infantil e as escolas de educação infantil estão dessa maneira? Essa outro aí, Ver. Bobadra, o senhor que está homenageando a Baltazar, fica lá na Baltazar. Portanto, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Robaina, eu não estou dizendo que tem que ter CPI para investigar o abandono dessas escolas, mas, se for necessário, nós podemos fazer uma comissão especial dos vereadores, liberados pelo Presidente, para ir visitar todas essas escolas, Ver.^a Cláudia. A próxima é lá no Jardim Leopoldina; outra escola infantil abandonada. E, por último, essa outra aqui é lá no Rubem Berta, outra escola de educação infantil abandonada.

Então, oficialmente, hoje, faltam cinco mil vagas para educação infantil na cidade de Porto Alegre. Eu falo isso, Ver. Oliboni, porque o Ver. Bobadra está em pauta com 20 projetos homenageando, colocando dia festivo dos bairros. Mas como nós vamos ter um dia festivo dos bairros, se não tem educação infantil e as obras estão abandonadas? Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo, Presidente em exercício; vereadoras, vereadores, público da honra pessoalmente e pela TVCâmara; em Pauta, há dois projetos que me chamaram muito a atenção, não que os demais não tenham feito, Ver. Tiago, mas esses dois me chamaram atenção e explico – um deles, aliás, foi falado pelo Ver. Eng^o Comassetto. O projeto do Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente, é um projeto do qual eu gosto muito, muito, por quê? Porque ele coloca a possibilidade de o conselheiro tutelar utilizar o corredor de ônibus quando em serviço. Porque, se é verdade que as crianças são prioridade – e na minha concepção o são, na do PSOL o são, para a Ester o são –, nós temos que demonstrar isso, e, na prática, são atitudes como essa, projetos como esse que mostram, Ver. Comassetto, isso, essa é a necessidade.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Pedro Ruas, é uma boa medida. Também não podemos esquecer que este ano teremos eleições para os conselheiros tutelares, que é um debate que precisa ser feito na cidade – hoje é o Dia Mundial do Combate ao Trabalho

Infantil –, é um trabalho nobre que os nossos conselheiros tutelares fazem de proteção a essas crianças e famílias, e Porto Alegre tem uma deficiência de cinco mil vagas na educação infantil. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): V. Exa. tem razão, em todos os quesitos, eu agradeço o aparte, somam-se as informações. Sigo dizendo que esse projeto tem, Ver. Sossmeier, de nossa parte, todo o apoio possível e necessário, precisa ser lei em Porto Alegre.

Por outro lado, Ver. Tiago, eu falei em dois projetos, o outro é um projeto da Ver.^a Cláudia Araújo, que preside a sessão; veja bem que há questões sutis que nós devemos ter atenção. É um projeto em 2ª sessão, o [PLL nº 519/21](#), que altera: “o nome Museu da História e da Cultura do Povo Negro Vereador Tarciso Flecha Negra para Memorial do Legado Africano Vereador Tarciso Flecha Negra”. Bem, o homenageado, Ester, é o mesmo, é o Tarciso Flecha Negra, ex-vereador, para nosso orgulho, amigo de muitos de nós, e eu, particularmente, fui um grande amigo do ex-vereador Tarciso. Então até aí estamos todos de acordo. Com relação a mudar de museu para memorial, também está correta a Ver.^a Cláudia Araújo, por quê? Porque o memorial permite um dinamismo muito maior do que o museu. A minha única contrariedade aqui, Ver. Comassetto, é a seguinte: quando passa de povo negro para povo africano nos cria uma dificuldade brutal, porque aqui em Porto Alegre, por exemplo – em todo o Estado do Rio Grande do Sul –, nós recebemos mais imigrantes negros do Haiti do que da África. Como nós vamos excluir os haitianos? Nós temos que ter os haitianos, é evidente que sim. Falei com a Ver.^a Cláudia, ela foi muito sensível a essa questão, nós vamos fazer essa correção através de emenda, concordando com todo o resto – e aqui concluo –, não apenas com a figura do homenageado, o vereador, nosso colega e nosso amigo, Tarciso Flecha Negra, grande vereador e grande amigo, um herói do Grêmio, por sinal, mas concordando também que memorial dá o dinamismo que o museu não tem. Conte conosco, apenas com essa alteração que me parece justa e necessária.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, que está presidindo trabalhos com muita competência nesta tarde, Ver.^a Cláudia Araújo; vereadoras e vereadores, eu vou ler aqui uns endereços para o Ver. Comassetto ver que o governo sabe de tudo isso. Escolas inacabadas: Colinas da Baltazar, Rua Lajes, s/nº, Rubem Berta; Jardim Leopoldina 2, Rua Irmã Teresilda Steffen, 160, Protásio Alves; Raul Cauduro, Rua Raul Cauduro, 120, Alto Petrópolis; Clara Nunes, Rua Um, 1001, Lajeado; Moradas da Hípica, Rua Elvira Dendena, 155, Aberta dos Morros – esses são os endereços das escolas que o Ver. Comassetto mostrou ali no painel. Todas essas escolas estão na programação para que sejam reconstruídas, não é nem reformadas, Ver.

Comassetto; uma ou duas delas já estão prontas e entregues, a dos Irmãos Maristas já está entregue, está funcionando. Então, vereador, o senhor merece respeito, por isso estou trazendo à luz essa programação do governo.

Vereador Engº Comassetto (PT): Tem duas que entregues: a do Lami, que é a Nossa Senhora das Graças, na Cooperativa Nossa Senhora das Graças – e quero fazer aqui uma homenagem à líder que coordenou aquele trabalho, que foi a dona Salete –; e a outra é em Belém Novo, ao lado do Glicério Alves, que era uma área do Estado, que o Estado doou para o Município. São as duas que estão em funcionamento com educação infantil.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): E a dos irmãos Maristas, essa não estava na sua lista, mas também está pronta.

Isso quer dizer, Ver. Comassetto, que o governo está atento, está preocupado e está na programação. Nessas escolas, a necessidade é de reconstrução; está sendo feita, e isso está sendo tratado com muito respeito. Não sei se terá aula de flauta doce lá para o Ver. Jonas, quando voltar para a sala de aula, poder dar aula de flauta doce, mas...

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Pandeiro? O senhor sabe também tocar pandeiro? Então é bom nós deixarmos pronto, eu acho que a música faz parte, sim, do todo. Eu gostaria muito de saber tocar um instrumento, eu gostaria muito; não o invejo, mas tenho aquela... O Ver. Jonas está me fazendo sinal de que agora ele está no pandeiro. Que bom!

Uma coisa que eu estou estranhando, estranhei muito aqui, e eu preciso dizer agora, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver.^a Fernanda, é o pessoal reclamando de uma cartomante na licitação. Eu estou muito preocupado. A oposição não gosta de terreira? Não gosta de cartomante? Mas que preconceito é esse? Que preconceito é esse contra as cartomantes, contra o tarô, contra a religião afro? Que preconceito é esse? Eu queria fazer aqui o meu protesto. Ver. Janta, eles estão querendo denegrir uma cartomante que parece que nem é cartomante, mas as cartomantes têm todo o nosso respeito, é uma pena que a oposição embarcou nessa de desrespeitar as cartomantes, desrespeitar a religião afro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver.^a Cláudia, presidindo os trabalhos; eu me inscrevo em Pauta neste debate que é apresentado para a revogação da lei de 2006! Foram lá no fundo do baú para buscar uma lei que dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações. E vejam bem, não é qualquer edificação, é

edificação adensável igual ou superior a dois mil metros quadrados. Essa lei, esse projeto é do meu camarada Raul Carrion, na época em que foi vereador e aprovou esse projeto, que hoje é lei. Eu me surpreendo quando exatamente esta Câmara está tomada do debate sobre educação, e aqui vêm elaborações as mais diversas possíveis. Eu quero dizer que, quando o Raul Carrion propôs essa lei, certamente ele estava propondo a democratização da nossa cultura, da nossa arte. Porto Alegre hoje está tomada de publicidade em todas as ruas. Já não é mais “Eu amo Porto Alegre”; é “*I love you, Melnick*”, com o coração e as cores da Melnick. Eu quero obra de arte! Eu quero cultura! Eu quero que o nosso povo tenha acesso às nossas artes, por isso essa lei. Eu quero democratizar, sim, como o Raul Carrion, Ver. Comassetto, lá em 2006, propôs, e, naquela época, os vereadores e as vereadoras tiveram sensibilidade para aprovar essa lei, e a Prefeitura a sancionou. E me surpreende que, em vez de nós tratarmos, Ver. Comassetto, dos problemas reais da nossa cidade, que não são poucos, tu ires lá atrás buscar uma lei aprovada para revogar. O que tem por trás disso?

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Abigail, sem dúvida nenhuma, esse projeto de lei é um retrocesso cultural para a cidade de Porto Alegre assim como está apresentado. Eu quero lembrar aqui que, na época, junto com outros colegas, defendi e votei favoravelmente à lei. Depois, o Ver. Janta e o Ver. Cecchim propuseram mais uma emenda, que votamos também favoravelmente, que democratizou para os artistas, porque antes ela tinha um conjunto de artistas plásticos que poderiam criar as obras de arte; agora universalizou para todos, arquitetos, enfim, que queiram criar. Então é um avanço cultural, sim, para cidade de Porto Alegre. Como disse há pouco o colega Janta, quando vão a Montevideu ficam fascinados com as obras de arte na frente dos prédios públicos e privados. E aqui, agora, propõem revogar um avanço cultural desses da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu que agradeço, Ver. Comassetto, por essa contribuição que nos trazes. Legal!

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu só queria fazer um registro aqui. A Ver.^a Comandante Nádia, a Ver.^a Fernanda Barth, a Ver.^a Mari Pimentel, o Ver. Ramiro Rosário, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Jessé Sangalli e o Ver. Alexandre Bobadra não pediram o desarquivamento. Quem pediu o desarquivamento desse projeto foi o Ver. Tiago. Esses não estão incluídos no rol de vereadores que pediram o desarquivamento desse projeto.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Esclarecimento que o Ver. Janta nos traz. Aqui, nesta tribuna, o Ver. Tiago disse que vai retirar do arquivo para

propor uma emenda. Aqui, o que está em discussão na pauta proposta por esses vereadores é revogar a lei. Então é diferente.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.^a Biga Pereira. De fato, nós desarquivamos esse projeto. Estranho essa notícia do Ver. Janta, inclusive, usando o nome da minha líder. Ela está à parte da situação, a Ver.^a Fernanda está à parte, a Ver.^a Comandante Nádia, inclusive, disse que quer assinar a minha emenda. Não sei de onde o Janta tirou essa informação, está com cara de *fake news*. Mas, sim, eu vou emendar, Ver.^a Biga, para que não seja retirada a lei, para que a gente possa flexibilizar. O debate parlamentar que virá depois, tudo bem, mas vamos emendar para tentar ver se podemos compor politicamente. Agradeço a V. Exa. pelo aparte. Obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Era isso, Presidente Hamilton. Espero que esta Casa não nos ofereça um retrocesso de termos acesso e democratizarmos a nossa cultura, a nossa arte. Que a nossa cidade possa voltar a buscar a sua identidade, já que hoje procura ser uma cidade como tantas outras, com seus arranha-céus, seus prédios espelhados, e perde muito da sua identidade. Eu quero de volta a Porto Alegre que nós amamos, Porto Alegre, e não “*I love you Melnick*”. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, a nossa discussão sobre os bairros da nossa cidade. Eu queria me dirigir neste momento ao prefeito Sebastião Melo. Temos acompanhado, Sebastião, as suas redes sociais Lá é uma Porto Alegre florida, lá é uma Porto Alegre sem problemas, uma Porto Alegre só de soluções. Só que a maioria dos bairros, são 90 bairros, não têm as soluções necessárias. Tem gente aguardando, mais de 50% da população, saneamento até hoje. Nós temos hoje, na cidade como um todo, a falta de 18 mil vagas na educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Acreditem, cidadãos, se puderem: lá na Restinga, faltam vagas de ensino médio e vagas de ensino fundamental. Educação infantil nem se fala. Não se ouve falar nem se vê o prefeito inaugurar escolas novas numa região que cresce, que ganhou muitos conjuntos habitacionais, é lamentável! Mas o que eu quero mais lamentar aqui é que o senhor mais uma vez, diante de assassinatos na orla do Guaíba, posta no Twitter e diz: “Vou reforçar a segurança”. Cadê a segurança no dia em que centenas de vidas foram ameaçadas na orla? Prefeito, eu vou lhe ensinar a ser prefeito: lugares de aglomeração têm que ter, previamente, forças de segurança preparadas para conter. Não é possível a orla do Guaíba continuar do jeito que está, com dezenas, centenas de pessoas todas as noites ali se divertindo, conversando, dialogando, com música, e não ter segurança. Chegam duas pessoas, sabe lá de onde, atirando,

matando inocentes; não dá! É assim que o senhor vai tratar nossa juventude, com o Twitter? O senhor deu uma tuitada e disse: “Lamento o que aconteceu, vou melhorar a segurança.” Da outra vez foi assim, prefeito; em 2021 foi assim também, nós não podemos aceitar. O senhor tem como sentar com o secretário de Segurança estadual e dialogar sobre a orla do Guaíba, isso não é só responsabilidade de um órgão. O senhor quer que a Guarda Municipal resolva essa situação? A Guarda Municipal não foi preparada para isso, não recebe nem risco de vida. O senhor dá meia dúzia de horas extras para os guardas e joga eles por tudo aí, como se fossem brigadianos. Não são, não recebem para tal. O senhor tem que ter respeito por quem fez concurso para ser Guarda Municipal. O senhor tem que sentar, vou lhe ensinar: ligue agora para o secretário da Segurança para tratar do tema orla do Guaíba. As pessoas querem usar a orla, mas agora estão com medo de ir ali. Cinco feridos, dois mortos; o senhor acha isso pouco? Se fosse um filho seu? Se fosse um parente seu, como o senhor se comportaria? Agora, se são os jovens da classe trabalhadora, tanto faz. “Morreu mais um”, é assim que a gente vê pessoas dizendo. Não é possível! A juventude só vai para a orla nas madrugadas, porque está carente de espaços de lazer no seus bairros. Não tem praças, não tem espaços de fruição da cultura, Prefeito, por favor, um olhar para a juventude. O que adianta uma Secretaria de Juventude sem orçamento? As pessoas vêm lá da Restinga até a orla, precisa disso? Se tivesse um espaço na Restinga, ficariam lá. As pessoas vêm do Sarandi e aí, quando chegam ali, não têm o mínimo de estrutura, de segurança. Não adianta dizer que as lâmpadas... Iluminado está, isso eu reconheço, bem iluminado, mas não tem segurança. As pessoas estão com pânico, essa é a palavra. Peço acuidade do senhor e do seu secretário de Segurança, porque o seu secretário de Segurança é dono de sair por aí, com uma meia dúzia atrás, achando que comerciante é criminoso. Cadê o seu secretário de Segurança, que, naquela noite, não estava ali? Ele que vá bater ronda ali, ele que leve ali o chapeuzinho dele, vá ficar ali batendo ronda e não mandar só os Guardas Municipais, sem risco de vida, com 30% de defasagem salarial. É isso, o senhor deve 30% de reajuste para a Guarda Municipal e quer que eles arrisquem a vida sem pagar o devido salário? Prefeito, por favor, vamos tratar do tema da orla com a seriedade que precisamos. É um apelo que eu faço aqui, um apelo como cidadão e vereador da capital.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste na tribuna, público que nos assiste em casa; eu, logo que assumi o mandato, Ver. Cecchim, lembro que alguns vereadores antigos me disseram: “Vereador, aproveite os dois primeiros anos, porque, a partir do segundo ano, isso aqui muda, isso aqui começa a ficar diferente, porque antecede o ano eleitoral. Você verá amigos se tornarem inimigos, e inimigos se tornarem amigos”. O que eu testemunho, Ver.^a Cláudia Araújo, é isso se colocar em prática, e não é de agora.

O prefeito Melo não é o único prefeito na história que, num período, num ano pré-eleitoral, vai enfrentar esse tipo de levante, de perseguição, até mesmo com factoides, para tentar macular a boa gestão. Prefeito Melo, você não será o primeiro e não será o último. É engraçado como muitos aqui estão tentando fazer de Porto Alegre uma terra arrasada, parece que agora Porto Alegre se tornou a pior cidade do País, a pior capital do País, querem fazer de Porto Alegre uma terra arrasada. Mas eu, que estou na periferia, que atuo na periferia, não posso concordar com muitos absurdos que são falados aqui.

Ontem saiu uma matéria dizendo que um parque que, por anos, foi abandonado por diversas gestões, o Parque Chico Mendes, está sendo retomado pela Prefeitura. É algo inédito, 90% do Parque Chico Mendes já está cercado. Em breve, a região do Mário Quintana, do Jardim Leopoldina e do Rubem Berta, que por anos não puderam aproveitar o Parque Chico Mendes, Ver. Mauro, a população pobre da periferia vai voltar a ter um parque com dignidade, com segurança, e isso foi no governo Melo. Nós não podemos esquecer o condomínio Irmãos Maristas, construído de uma maneira muito errônea em outra gestão, foi no governo Melo que se entregou a creche que hoje atende 120 crianças. Foi nesta gestão!

Meu Presidente Hamilton Sossmeier, no sábado, eu estive com o prefeito Melo na Cohab/Rubem Berta, onde foi assinado um TPU, um Termo de Permissão de Uso, para a primeira casa do *hip-hop* de Porto Alegre. No ano passado, o prefeito assinou o TPU para o primeiro museu do *hip-hop* da América Latina e, no sábado, o prefeito assinou o TPU para a primeira casa do *hip-hop* de Porto Alegre, algo que é para a periferia, para o gueto, que é para os jovens em vulnerabilidade. Então, fazer terra arrasada, não! A gente tem que olhar para o que está sendo feito, e tem muitas coisas boas sendo feitas. Eu estudei no CIEM Victor Issler, uma escola municipal. Quem dera se, na minha época, o jovem da escola tivesse Chromebook, Ver. Cecchim, quem dera! O jovem da periferia precisa de acesso à tecnologia sim, e a gente não pode ser retrógrado nem da vanguarda do retrocesso. Porto Alegre está trabalhando, o prefeito Melo vem enfrentando os desafios de uma grande capital que é Porto Alegre, e a gente tem visto sim – Ver. Tiago, que esteve lá na Praça México esses dias, e sempre será bem-vindo na nossa querida Praça México – que a Secretaria de Serviços Urbanos revitalizou e devolveu para a população de Porto Alegre mais de 300 praças. Temos desafios, temos muitos. O meu mandato está na ponta, e diariamente eu recebo, no meu gabinete, desafios, mas a gente vê um governo que busca as soluções para os problemas. Minha filha caminha comigo, às vezes, em algumas demandas, a Isabelli, ela tem sete anos e identifica problemas, Ver.^a Mônica. A diferença é que a minha filha não tem a capacidade ainda de apontar as soluções para esses problemas, mas ela identifica os problemas. Somente apontar os problemas e não apontar as soluções, isso não resolve, não é isso que Porto Alegre precisa. Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h59min.) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Biga Pereira, ao PLL nº 146/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 146/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLL nº 437/22.

Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao PLL nº 437/22.

Não há necessidade do envio às comissões porquanto a proposição tramita sob a égide do art. 81 da Lei Orgânica do Município.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoni Medina, à Emenda nº 01 ao PLL nº 231/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 231/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 514/21 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a primeira matéria a ser apreciada. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cássia Carpes (PP) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o Requerimento nº 103/23 seja a segunda matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje, para trazer a Copa do Mundo feminina para o Brasil e destinar a sede como Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Como o Ver. Aldacir Oliboni já havia solicitado, na quarta-feira passada, que o PLL nº 437/22 fosse o primeiro na ordem de priorização de hoje, então fica, em primeiro, o do Ver. Aldacir Oliboni; em segundo, o do Ver. Cassiá Carpes e, em terceiro, o do Ver. Marcelo Sgarbossa. Perfeito?

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLL nº 100/21, de minha autoria.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0898/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 437/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que obriga a fixação, nos veículos do sistema de transporte coletivo do Município de Porto Alegre, de placa informativa sobre denúncia de importunação sexual. **(SEI 021.00255/2022-75)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 10-05-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 437/22](#). (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; o projeto de lei que ora está em discussão para votação é de minha autoria e obriga a fixação, nos veículos do sistema de transporte coletivo no município de Porto Alegre, de placa informativa sobre denúncia de importunação sexual. Nesse adesivo, cartaz ou placa, tem os dizeres: “Importunação sexual é crime. Ligue 190 ou 180”. Eu queria fazer

alguns esclarecimentos inicialmente e dizer o seguinte: a lei federal promulgada em 24 de setembro de 2018 acaba tipificando a importunação sexual, Ver.^a Mônica, como crime. Até então, antes de 2018, ela era tomada como uma contravenção e tinha apenas uma multa para quem cometia esse, hoje, crime. No Brasil, são 53 registros diários de importunação sexual, sendo que de 10% a 12% são no transporte público, nas capitais. Em Porto Alegre, é tanto nos ônibus como nos lotações. Neste ano, aumentou em 158% o número de registros de importunação sexual. O meu projeto de lei apenas diz que, em Porto Alegre, poderá ser divulgado dentro dos coletivos, ali onde se colocam adesivos, cartazes de outras campanhas, que a importunação sexual é crime. Eu vou pedir para que o nobre diretor coloque o vídeo que nós preparamos, para podermos dar esclarecimentos sobre a nossa pesquisa com a opinião pública.

Nobre Presidente, eu fiz um vídeo, encaminhei ao nobre diretor legislativo Luiz Afonso e gostaria que fosse colocado neste momento. Peço a suspensão do meu tempo, para que o vídeo seja colocado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O nobre diretor legislativo Luiz Afonso, que é o nosso 37º vereador, vai preparar o vídeo que nós fizemos para demonstrar que, em Porto Alegre, não existe divulgação nos ônibus nem nos lotações. É mais que importante os senhores saberem, porque havia ou houve, esporadicamente, algumas campanhas feitas por ONGs em Porto Alegre, e que, na verdade, agora teria uma informação da EPTC de que já existem essas campanhas. Elas não existem, não são publicizadas, e agora nós estamos pedindo para que seja uma campanha permanente, onde se coloque um adesivo ou um cartaz dizendo que “importunação sexual é crime, disque 180 ou 190”, devido aos inúmeros problemas que estão acontecendo na cidade. Peço a atenção dos colegas vereadores.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Problemas técnicos no áudio.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pessoal, olha só, o áudio não está saindo, mas eu vou explicar aos senhores. Eu estava conversando com motoristas, com usuários, mostrando o interior dos ônibus, das lotações, dos 20 coletivos que nós presenciamos, nenhum deles tem adesivo. Por isso que é importante os senhores perceberem sobre o que eu estou falando: a minha lei determina que seja afixado dentro dos ônibus e das lotações um pequeno cartaz em que diz: “Importunação sexual é crime, disque 180 ou 190”. Colegas vereadores, o pequeno projeto de lei que ora estamos apresentando está solicitando que seja divulgado amplamente, para que aquele infrator perceba que aquilo que ele pode ou gostaria de fazer é crime e que ele poderá responder na forma da lei. É uma pena que não saiu o áudio. Nobre Presidente, enquanto se verifica

o áudio, estou pedindo a compreensão dos vereadores e das vereadoras, uma vez que é uma lei federal lá de 2018, em que foi sancionado que importunação sexual é crime. Nós estamos pedindo que para seja divulgado no interior dos ônibus e dos lotações de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Desculpe, Ver. Oliboni, hoje nós estamos com problemas técnicos no áudio, mas as imagens são bem ilustrativas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 437/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, quero agradecer o elogio do companheiro João Bosco, vereador muito querido, e dizer ao Ver. Oliboni que foi muito feliz nessa proposição. É isso que faz o PT, Ver. Oliboni, muito bem. Tem que fechar o cerco em torno de quem ataca a lei. Essa vagabundagem que, muitas vezes, pega ônibus não é para trabalhar, não é para estudar, como as pessoas pegam, é para ir abusar das pessoas, abusar da ingenuidade das pessoas. Tem uma sem-vergonhada, sim, espalhada na sociedade, que faz isso e muito mais. A gente vê em vídeos como as mulheres têm dificuldade de estar no transporte público, e não só elas, mas os jovens, as crianças, os adolescentes. Ver. Oliboni, nós estamos contigo e vamos lutar muito para aprovar esse projeto, porque nós temos que intimidar essas pessoas. Muita gente não sabe da legislação. A legislação, às vezes, está guardada, as pessoas não têm acesso, então, tem que democratizar o acesso.

E outra, eu quero dar uma sugestão à tripulação, aos motoristas: quando alguém... Nós temos que criar, Oliboni, no próximo projeto, sugestão para ti, um botão dentro do transporte, nos bancos, para que as pessoas acionem, e o motorista vai parar na frente da delegacia, esse cara tem que ser preso. Esses dias, eu vi um vídeo em que o pessoal segurou um vagabundo e tirou de dentro do transporte, a polícia veio e prendeu. Mas quantos mais fazem importunação sexual e saem ilesos? Quantos mais abusam das pessoas que estão pegando o transporte, Ver. Oliboni, que estão indo trabalhar e não conseguem completar sua viagem? Estudantes, jovens, crianças, filhas, netas que estão indo para sua instituição educacional e não conseguem chegar lá, porque são violentadas, atacadas. Tem que alertar sim, porque tem gente que não respeita a legislação, não respeita a lei. Nos transportes públicos, nós temos que ter acesso à informação. E não é só num lugar, é em vários, porque, às vezes, as pessoas acham que certas coisas são normais. Tem gente que acha: “Ah, não, isso aí acontece”. Acontece não. Quem é da educação, dos direitos da criança e dos adolescentes sabe, não é? O Ver. Marcelo, que foi conselheiro, sabe disso. Eu dei aula por três anos num lar para crianças e adolescentes, e lá nós tínhamos várias crianças violentadas por adultos. E aí? Nós temos que proteger!

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero concordar com todo o seu pronunciamento, acho importante que V. Exa. convoque todas e todos desta Casa para apoiar este projeto, Ver. Aldacir Oliboni. E tenho uma pequena divergência, respeitosa. No caso de algum flagrante, V. Exa. utilizou a expressão “vagabundo”. Essa é a expressão que a direita usa, não é nossa, até porque é um prejulgamento, e quem gosta de falar isso é a direita, particularmente, é policial. Fora essa divergência, concordo com todo o seu pronunciamento. Muito obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Agradecido pelo aparte, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu gostaria de elogiar o Ver. Jonas, que agora sim está pegando o espírito da coisa: vagabundo tem que ser tratado como vagabundo. Parabéns, Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo aparte, Ver. Bobadra. São importantes os apartes, porque mostram que nós estamos dialogando sobre o tema, um tema seriíssimo. Nós temos que proteger a população, e esse projeto, Ver. Oliboni, é extremamente meritório. Nós temos que votar de forma unânime, fechar o cerco, e quero aqui fazer uma reivindicação, o Ver. Conselheiro Marcelo sabe da importância disso. Hoje, Porto Alegre está defasada na quantidade de conselheiros tutelares. Nós, pela proporção da lei federal, deveríamos ter 14 microrregiões, nós temos menos do que isso, nós precisamos fortalecer esses organismos. A gente precisa rever logo, vereadores; Ver. Pablo, precisamos rever isso. O prefeito Melo precisa rever, aumentar o número de microrregiões para aumentar o número de conselheiros, isso vai ajudar. Serão mais órgãos fiscalizadores para proteger não só as pessoas indefesas, mas também as crianças e os adolescentes. Parabéns, Ver. Oliboni, vamos juntos, vamos aprovar este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLL nº 437/22.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; em discussão aqui o projeto do Ver. Aldacir Oliboni que obriga a fixação, nos veículos do sistema de transporte coletivo do município de Porto Alegre, de placa informativa sobre denúncia de importunação sexual. Quero dizer, Ver. Oliboni, que sou solidário à causa. Inclusive, está em tramitação aqui na Câmara de Vereadores um projeto de minha autoria que a gente denominou de “lei do acompanhante”, Ver.^a Biga, que permite às mulheres levarem, em procedimentos cirúrgicos e procedimentos com sedação, um acompanhante de sua escolha nos hospitais públicos e privados da capital.

Sou solidário à causa, mas quero dizer, Ver.^a Cláudia, a senhora que levantou a questão, que já há, nos ônibus de Porto Alegre, campanhas nesse sentido. Quero que a

senhora enriqueça esse debate, porque, se não houver, se não for uma política de governo, eu quero discutir mais o projeto, para ser solidário nessa questão, que é importante. Mas, se já existe, Ver. Cecchim, nós não podemos votar aqui na Câmara de Vereadores algo que já existe e que já está sendo feito pela Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL n° 437/22. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, quero solicitar ao Luiz Afonso que coloque a imagem.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Esse é o ônibus 12, da linha 1.216, essa postagem é do dia 31 de maio e é só um exemplo de um dos ônibus que transitam cidade com essa fixação. Ali fala, se vocês observarem, do Ligue 180, do 190, do 197 e do 153 – Denuncie, abuso sexual é crime. Nós sabemos que a pauta é extremamente importante, nós sabemos que acontece, mas também sabemos, como disse o Ver. Pablo Melo, que isso já existe na cidade. Nós temos uma campanha que é acirrada de abril a junho, quando todos os ônibus colocam. Fora isso, os ônibus de Porto Alegre têm transitado com esse cartaz, porque entendemos, enquanto Prefeitura, a necessidade de estarmos atentos a esse tema. Já é uma prática realizada pela nossa gestão. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 437/22.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, quero cumprimentar o Ver. Oliboni por esta excelente iniciativa, que contribui com uma importante e real demanda social da nossa cidade. Ver. Cecchim, eu estive conversando com a delegada Cristiane, da Delegacia da Mulher, e, me desculpem, homens, vereadores, mas o abuso sexual dentro dos coletivos é aviltante. Nós tivemos casos em que, além de importunar, o homem ejacula em cima da mulher. É chocante! Nós temos cidades, o Rio de Janeiro, por exemplo, em que coletivos cor-de-rosa foram criados, para que as mulheres entrassem nesses coletivos. Eu não quero que, em Porto Alegre, a gente tenha que apelar para a segregação. Nós queremos andar nos coletivos e termos respeito. Ver.^a Cláudia, é verdade o que a senhora postou aqui no nosso vídeo. Eu já peguei transporte coletivo que, sim, tinha, Ver. Oliboni, essa campanha. Mas eu não quero que isso seja uma campanha esporádica, eu quero que ela exista o ano todo, o tempo todo, por conta

dessa situação que nós vivemos. Eu quero que esta Casa exerça o seu papel legislativo, que a gente possa estabelecer leis. Mesmo a base deve lembrar que vocês são base, mas nós somos o conjunto, o Legislativo, não o Executivo.

Eu quero trazer também uma questão extremamente importante que agravou, Ver. Oliboni, e agravou em muito, nos últimos tempos, essa situação, o senhor sabe por quê? Pela retirada dos trabalhadores cobradores, por essa função ter sido retirada dos ônibus, porque o cobrador ajudava as mulheres. Tu tinhas o motorista lá na frente e tu tinhas o cobrador, que cumpria também com uma importante função social, ajudava as mulheres, assim como as pessoas com deficiência, os cadeirantes, os idosos. Portanto, eu concluo aqui, para encaminhar o voto favorável ao projeto, a esta bela iniciativa. Uma pena, Ver. Oliboni, que a sua assessoria não abriu, porque eu gostaria de assinar junto com o senhor tamanha a importância desse projeto de lei. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 437/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saúdo V. Exa., saúdo todos os colegas vereadores e vereadoras; eu entendo a preocupação da colega Ver.^a Cláudia, quando recebe uma informação, mas é uma informação temporária, que foi promovida por alguma ONG ou algo dessa natureza, mas o meu projeto de lei enfoca uma outra questão, uma campanha permanente. Todos nós somos favoráveis à redução ou à erradicação da violência contra a mulher, essa é a questão. Nesse sentido, nós vamos construir algo permanente para a cidade. Eu estive lá visitando os coletivos, visitando os lotações: dos mais de 20 em que eu entrei, nenhum deles tinha o cartaz, o adesivo. Quero conclamar os colegas vereadores e vereadoras, é algo tão simples, por isso peço, se recuperar o áudio, colocar novamente para os senhores e as senhoras verificarem e terem certeza do que nós estamos falando.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Ver. Comassetto, o Presidente está me informando que não tem aparte em encaminhamentos. Agradeço a compreensão dos colegas vereadores e vereadoras, infelizmente, não foi possível ter o áudio. Acho que nós, da Mesa, Presidente Hamilton, temos que investir mais aqui para poder deixar mais claro à população e aos colegas vereadores assuntos importantes que podem ser de qualquer vereador ou vereadora, que podem esclarecer o que nós estamos falando na tribuna. Peço a compreensão dos senhores e das senhoras, porque nós queremos, sim, uma campanha permanente contra o assédio e a importunação sexual nos coletivos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Apenas para fazer um registro em cima do que o Ver. Aldacir Oliboni falou. Nós, como Mesa Diretora, solicitamos um estudo para que sejam mudados o nosso telão e a questão de mídia da Câmara. Estamos aguardando esse estudo para colocar em implementação.

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 437/22.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero parabenizar o Ver. Aldacir Oliboni por esse projeto. Eu, na minha trajetória curta, é verdade, aqui no Parlamento, sempre me comprometi com o povo de Porto Alegre. Independente de qual campo político, é um bom projeto na nossa avaliação, de onde vier, ele tem que ser votado a favor, porque Porto Alegre está em primeiro lugar, e os porto-alegrenses.

Quero fazer o meu encaminhamento, Ver. Oliboni, dizendo que eu votarei no seu projeto. Espero que a bancada de oposição, quando tiver o nosso projeto do acompanhante, que também é contra a violência às mulheres, é um projeto que beneficiará todas as mulheres em Porto Alegre, que vocês também tenham essa visão de que não estão votando num projeto de um vereador da situação, estão votando num projeto de um vereador que tem compromisso com as mulheres da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 437/22, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; que bom que nós estamos discutindo um projeto direcionado ao respeito com as mulheres, que bom que nós estamos discutindo um projeto, Ver. Pablo, que já está sendo executado durante alguns meses. Que bom que o Ver. Oliboni, que não é vaidoso, não se importa de dividir esse projeto com aquele que já está sendo executado. Por isso, pela humildade do vereador, pela inteligência e pelo respeito que esse projeto demonstra para as mulheres... O Ver. Jonas hoje conseguiu agradar à direita e à esquerda com seu discurso, chamando de vagabundos esses caras que se aproveitam dum ônibus lotado, e eles são vagabundos mesmo, então, em homenagem a essa discussão completa, não é tão complexa, porque, quando se trata de respeito com as mulheres, eu acho que ela é uma discussão saudável e simples. Por isso, nós vamos encaminhar para que se vote esse projeto, até por unanimidade, para não ter divergência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 437/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores; eu acho que o líder do governo e o Oliboni foram muito felizes. Nós sabemos que programas, nós sabemos que iniciativa de uma secretaria ou outra, ou de uma ONG, elas têm prazo de durabilidade, e lei nós podemos acompanhar, é o papel da Câmara de Vereadores acompanhar a execução de leis. É importante termos uma lei que proteja as mulheres dentro do transporte coletivo da cidade de Porto Alegre.

A lei dos cobradores, agora eu quero falar sobre o que a Ver.^a Biga falou, é bem ampla, ela determina que linhas que tenham estudantes, que tenham pessoas com deficiência, que tenham pessoas que façam hemodiálise, linhas que fazem os hospitais, as escolas, essas linhas teriam que manter os cobradores. O que falta é o Sindicato dos Rodoviários, realmente, de fato, procurar a EPTC, sentar com a EPTC. Já existe essa planilha de linhas em que é necessário manter os cobradores. O governo não tirou os cobradores, deixou os cobradores nessa sensibilidade de pessoas com deficiência, pessoas que usam a Kinder, pessoas que usam a APAE. Que tenha os cobradores, que ajudam não somente os idosos, não somente as pessoas com deficiência, mas, principalmente, esse papel de ajudar a cuidar os abusos que são feitos dentro do ônibus. Quando nós defendemos a emenda de minha autoria e da Ver.^a Mônica Leal, esse era o argumento. Nós precisamos do segundo tripulante, na verdade, dentro do ônibus, ajudando as pessoas idosas, com deficiência e, principalmente, a cuidar das crianças, das nossas mulheres e das crianças que necessitam de acompanhamento. Essa lei do Ver. Oliboni chega em boa hora, para ajudar a ter esse esclarecimento ao povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 437/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 437/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1172/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 514/21, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que estabelece a obrigatoriedade de fechamento de portões das escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) e da Rede Parceirizada de Porto Alegre. **(SEI 165.00178/2021-10)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela

inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas n^{os} 01 e 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas n^{os} 01 e 02.

Observações:

- com Emendas n^{os} 01 e 02. do Ver. Gilson Padeiro;
- com Requerimento de art. 81 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL n° 514/21](#). (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLL n° 514/21 sejam votadas em bloco.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Não há quem queira discutir o PLL n° 514/21. Em votação. (Pausa.) O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras; trago aqui um projeto muito importante para a cidade de Porto Alegre, em que a gente está discutindo educação e segurança. Esse projeto estabelece a obrigatoriedade do fechamento dos portões das escolas municipais de Porto Alegre: “Fica estabelecida a obrigatoriedade de fechamento dos portões e demais pontos de acesso aos prédios e áreas afins das escolas de educação infantil, das escolas de ensino fundamental e instituições de ensino conveniadas do município de Porto Alegre durante o período de realização das atividades educativas de ensino. Os portões serão abertos somente em período predeterminado pela direção educandária no início e ao final dos turnos da manhã e da tarde. No período em que a direção da escola estipular que os portões de acesso às instituições ficarão abertos, deverá a mesmo designar um funcionário que ficará responsável pela entrada e saída dos alunos, pais ou responsáveis legais”.

Então encaminho aqui junto aos colegas pela aprovação também das duas emendas, as Emendas n^{os} 01 e 02. “Os horários de abertura e de fechamento dos portões e demais pontos de acesso aos prédios e às áreas afins serão determinados pela direção das escolas.” Segundo a Emenda n° 02, “cabe à diretoria da escola a manutenção e o controle das informações atinentes aos registros de acesso”. É isso, pessoal, se a gente já puder aprovar direto, sem muita discussão, eu agradeço. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 514/21.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver. Gilson Padeiro, acho importante a apresentação deste projeto. Certamente as mães, principalmente, se sentirão mais seguras sabendo que a escola está protegida. Agora, a minha preocupação, Ver. Cecchim e Ver.^a Cláudia, é quem vai exercer o controle desse portão. A diretora vai ter que estar saindo o tempo todo para abrir portão, ou a Prefeitura se responsabiliza pela contratação de porteiros? É uma pergunta que eu faço, como é que a gente equaciona este projeto de verdade. Concordo com ele, tem todo o mérito, mas eu questiono a possibilidade de ele, de fato, ser exequível, quem vai exercer essa função de porteiro. Eu encaminho favoravelmente à proposta, mas deixo aqui esta preocupação: a diretora não vai poder exercer o papel de porteiro da escola o tempo todo. Então, quem fará isso? Só isso, vereador, mas encaminho favoravelmente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate; quero me dirigir ao colega Gilson Padeiro e dizer que o projeto é muito meritório na intenção de buscar mais segurança aos espaços escolares. Contudo, eu gostaria de frisar que várias são as ações necessárias nas escolas municipais, e eu quero lembrar uma: desde que se encerrou o contrato, de forma abrupta, por parte da gestão Melo com a empresa Sulport, que fazia a portaria, as escolas não têm mais porteiros. Nós lutamos muito, durante muito tempo, como professoras e professores, trabalhadores da educação, para conquistar mais segurança para as escolas. Os guardas municipais foram retirados. O meu pedido está lá na mesa do prefeito para que volte a Guarda Municipal para as escolas, que tenha novamente serviço de portaria, isso é fundamental. Quero destacar aqui um exemplo, Ver. Gilson Padeiro, que o senhor conhece, a Escola Vereador Carlos Pessoa de Brum, na Restinga Velha, onde entrou uma pessoa e bateu na monitora, e ficou por isso. Aí eu me questiono: será que só fechar o portão é importante? Quero dar mais um destaque também à Pessoa de Brum, Ver. Gilson, e aí quero pedir a sua ajuda: a Pessoa de Brum tinha o coordenador de turno, e a SMED retirou; essa escola tinha falta de 16 professores, agora tem falta de 17 professores, com esse que a SMED tirou e levou para SMED, e ele ajudava a cuidar do portão. Então está sem esse profissional e mais 16 faltam. Eu vou votar favorável ao seu projeto, mas peço que o senhor faça um movimento, o senhor que é da base do governo Melo, que essa secretaria não deixe faltar RH nas escolas. Eu falei na comissão de educação, e a secretária ouviu que faltavam 16 e subiu para 17, e ela disse que ia ver o que aconteceu, o que ia fazer. Até agora não resolveu. Então, para que a gente implemente essa medida, que é fundamental, eu concordo; bateu o sinal, terminou o turno, quem está para dentro, está para dentro e vai estudar, quem não vai estudar está para fora, é familiar, é amigo, vai assumir suas funções; e dentro da escola vai todo mundo para sala de aula. Então, acho que sim, a gente tem que prezar por isso,

mas é um conjunto de elementos. Eu quero pedir aqui esse auxílio à base do governo Melo, se sobraram aqueles R\$ 110 milhões, para compra sem licitação, tem que achar um dinheiro para voltar os porteiros de escola e tem que ter o preenchimento de todos os cargos. Eu vou votar favorável ao seu projeto porque ele é extremamente meritório. Pode contar sempre com meu voto no mérito desses projetos que ajudam o campo da educação, mas a gente precisa reforçar o RH das escolas, senão o diretor vai ter que fazer aquilo que dizem: chupar cana, assobiar, tocar flauta e ainda carregar o piano dentro da escola. Não dá, não dá para botar tudo na conta dos diretores, tem que ter RH.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Presidente, eu só queria fazer o encaminhamento do meu voto, que nós vamos estar votando favoráveis a esse projeto e dizer ao Ver. Gilson que esse projeto é oriundo de alguém que conhece a realidade, de alguém que vive o dia a dia das escolas infantis e da rede municipal. Então a gente vai encaminhar favorável, e acho que sim tem que ser registrado como lei, e tem que ter ciência de toda a comunidade escolar da importância sim de os portões estarem fechados, para todo botão de segurança que agora já é um dispositivo da Secretaria de Educação. Esse projeto soma e é importante, e só quem vive na ponta lá, Ver. Gilson, é que sabe, e eu tenho certeza que esse projeto é muito importante.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, como líder da bancada Progressista, nós votaremos a favor, encaminho aqui voto favorável e quero cumprimentar o vereador porque é um projeto extremamente importante, com segurança, tudo prospera. Então, parabéns, Vereador. Conte com o nosso apoio.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Para ser rápido, eu propus que votássemos em unanimidade o projeto do Oliboni e vamos fazer isso também no projeto do Gilson, que é importante e é uma prática do Município. A pergunta era de quem ia fechar e quem abriria, Ver.^a Biga. O pessoal da vigilância já tem essa tarefa para fazer, abrir e fechar os portões.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Dando continuidade à fala do líder do governo, o Ver. Cecchim, e representando aqui o nosso bloco da oposição, como há pouco votamos um projeto por unanimidade, também votaremos favoráveis a este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 514/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente, boa tarde a todos os colegas vereadores e a todos que nos assistem, quero parabenizar o Ver. Gilson pela iniciativa, porque, infelizmente, esses ataques em escolas não pararam, em outros países continuam acontecendo. Então é prudente que os portões estejam fechados no momento de aula, em que os alunos estão lá dentro, porque o que mais tem aí fora são pessoas fora da casinha, pessoas que estão atacando principalmente as crianças em escolas. Agora teve um caso, não lembro em qual o país que o camarada saiu esfaqueando crianças numa praça. Então nós temos que nos precaver, e eu acho que junto com essa medida outras têm que acontecer, como portas de detector de metal, aumentar os muros, cerca elétrica... Tudo tem que estar junto com essa iniciativa do projeto do Ver. Gilson Padeiro. Parabéns, mais uma vez, e nós, republicanos, estaremos junto com o vereador apoiando essa iniciativa. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 514/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 514/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente, queria agradecer aos colegas vereadores que entenderam que a segurança das nossas crianças de Porto Alegre é muito importante. Muito obrigado, pessoal!

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

Vereadora Mônica Leal (PP): Temos uma moção do Ver. Cassiá Carpes para ser votada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito... Se o Ver. Claudio Janta concordar, se tiver acordo.

Vereador Claudio Janta (SD): Concordo. Retiro o requerimento de verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Primeiro, votamos a moção do Ver. Cassiá Carpes e depois faremos a verificação de quórum.

Vereadora Mônica Leal (PP): Após a moção então a verificação de quórum. Seria isso?

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Isso, após a moção.

Vereadora Mônica Leal (PP): Muito obrigada, Presidente.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 103/23 – (Proc. nº 0552/23 – Ver. Cassiá Carpes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “em apoio à candidatura do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino de 2027, bem como à candidatura do Município de Porto Alegre como uma das sedes do evento”. **(SEI 023.00037/2023-10)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 103/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, nós temos um Projeto de Resolução da Mesa Diretora que reinstitui o concurso Sioma Breitman de fotografia. Ele já tem consenso de todos para nós aprovarmos, e é um projeto que pode sair da Pauta. Se todos concordarem, a gente vota e aí faz a verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Precisamos da concordância do Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Pela última vez, concordo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Concordou o Ver. Claudio Janta. Então, depois a verificação de quórum.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0128/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/23, de autoria da Mesa Diretora, que reinstalou o Concurso Sioma Breitman de Fotografia e revoga a Resolução nº 2.186, de 20 de maio de 2010. **(SEI 014.00005/2023-23)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Hamilton Sossmeier;
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PR nº 008/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PR nº 008/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PR nº 008/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Tiago Albrecht.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente Cláudia, muito bom que a senhora está no comando. Eu, como procuradora da Procuradoria da Mulher da Câmara, da capital do Rio Grande do Sul, lembro a todos que hoje é o Dia dos Namorados, e nós temos assessores jovens que gostariam que encerrasse a sessão num horário condizente para que eles possam aproveitar. Obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h49min.)

* * * * *